

Relatório Anual 2010

Índice

- 04. Perfil da companhia
- 07. Mensagem aos acionistas
- 09. Relatório da administração
- 18. Conselho de administração
- 19. Demonstrações financeiras
- 28. Notas explicativas

Perfil da companhia



Nossa história

Em 1943, o banqueiro Gastão Vidigal, em sociedade com o industrial polonês Izydor Kleinberger, arrematou em um leilão a Fábrica Nacional de Tambores que havia sido desapropriada dos alemães em razão da Segunda Guerra Mundial. Assim, nos galpões de uma fábrica na Pompéia, em São Paulo, em meio à produção de tambores de aço, botijões de gás e geladeiras, a Confab iniciava a sua história.

Gastão Vidigal colocou seu filho Antônio Carlos Bueno Vidigal no comando da empresa. Foi ele que instituiu o caráter de seriedade, responsabilidade, transparência e valorização das pessoas, decisivo para a consolidação da Confab. O sucesso da companhia resultou também da preocupação constante em aprimorar a qualidade dos produtos e serviços, investir em tecnologia e no capital humano.

Com a criação da Petrobras, em 1953, e com o desenvolvimento da indústria de refino de petróleo no país, surgiu a oportunidade para a Confab de expandir seus negócios, iniciando a fabricação de equipamentos para a indústria de base.

Crescendo com o Brasil

Em 1961, a Confab iniciou a produção de tubos de aço soldados. Foi nessa época que fechou o primeiro contrato de grande porte: fornecimento de estacas tubulares para a construção da Usiminas.

Na década de 70, a Confab estruturou-se em duas unidades – tubos e equipamentos – construindo duas plantas em Pindamonhangaba, a 160 km da cidade de São Paulo. A empresa passou a atender às indústrias de petróleo, petroquímica e gás, mineração, siderurgia, celulose, saneamento e também usinas nucleares.

Ainda nessa época, já com Roberto Caiuby Vidigal à frente da empresa, a Confab percebeu que era o momento de conquistar novos mercados. Participou intensamente do programa de implantação de pólos petroquímicos, planejados para propiciar autosuficiência ao Brasil, e da ampliação do parque siderúrgico nacional.

Exportações e abertura de capital: novos desafios

A grande guinada para seu reconhecimento global veio no começo dos anos 80 quando, em parceria com a Cosipa, venceu uma licitação nos Estados Unidos para construir parte de um oleoduto de dois mil quilômetros de extensão, do Texas à Califórnia, da All American Pipeline. Foi então que a empresa ampliou sua rede comercial, de Cingapura e Teerã até Houston.

Foi também nos anos 80 que a direção da companhia apostou na abertura de capital como uma medida importante para a perenização da empresa. Disponibilizou 60% de suas ações, na busca do crescimento, diversificação e captação de recursos externos.

Em função desses recursos captados – com a confiança de seus acionistas – a Confab teve energia para seguir sua atuação. Além de conquistar muitos acionistas.

Tenaris: líder global

Em 1993, em continuidade aos projetos de crescimento e globalização, foi realizada a troca de 30% das ações da Confab com a Siat, produtora de tubos de aço soldados do Grupo Techint, cujos valores e princípios eram semelhantes. As ações da empresa permaneceram listadas na Bovespa com 60% do seu capital em poder de acionistas brasileiros.

Com o objetivo de agregar valor e aumentar a gama de produtos oferecidos aos clientes, a Confab fez uma *jointventure* em 1998 com a empresa argentina Soco-Ril. A parceria foi firmada com a construção de um centro de excelência de revestimentos de tubos – hoje denominado Socotherm Brasil – também em Pindamonhangaba. No ano de 1999, o Grupo Techint adquiriu o controle acionário da Confab e Roberto Vidigal foi convidado a permanecer na posição de presidente da empresa.

Em 2001 surgiu a marca Tenaris que, inicialmente, representou uma aliança estratégica entre oito reconhecidas produtoras de tubos de aço, com e sem costura, estrategicamente localizadas ao redor do mundo. Foi no ano seguinte que a empresa fechou alguns dos maiores contratos de exportação de sua história: o fornecimento de tubos para o Projeto Camisea, no Peru; OCP, no Equador; Gasyrg, na Bolívia e Carina & Aries, na Argentina.

Atualmente a Tenaris é líder global na produção de tubos de aço e serviços para perfuração, terminação e produção em poços de petróleo e

gás, e líder no fornecimento de produtos tubulares e serviços para plantas de processamento e geração de energia para aplicações industriais especializadas e automotrizes.

Através de uma rede integrada de produção, serviço ao cliente e centros de pesquisa e desenvolvimento, a empresa trabalha junto aos clientes para responder às suas necessidades na entrega pontual de produtos de alta *performance* em ambientes operativos cada vez mais complexos.

Com uma capacidade de produção anual de mais de 6 milhões de toneladas de tubos, a Tenaris conta com mais de 25.500 funcionários, centros de produção em 15 países e uma rede de distribuição e serviços em 25 países.

TenarisConfab e Confab Equipamentos

No Brasil, devido à incorporação da Tenaris, as unidades da Confab foram denominadas como: TenarisConfab e Confab Equipamentos.

A TenarisConfab é líder na produção e no fornecimento de tubos de aço soldados para a indústria energética brasileira e líder na exportação desses produtos para América Latina. A Confab Equipamentos produz equipamentos metálicos de médio e grande porte utilizados nas indústrias química, petroquímica, siderúrgica, energética e de geração de vapor, petróleo e gás, celulose, infraestrutura, engenharia, construção, além de tanques para armazenamento em postos de combustíveis.

Com a missão de cada vez mais agregar serviços aos produtos, a TenarisConfab mantém uma base em Rio das Ostras (RJ) para atender aos clientes das bacias de Campos, de Santos e do Espírito

Santo. Além de entregar, dentro do sistema *just-in-time*, tubos de aço para utilização em poços de petróleo e gás, a Companhia oferece também outros serviços como administração de estoque.

Há sete anos, a Confab produz também hastes de bombeio e acessórios para aplicação no mercado *onshore*. Para atender à demanda dos clientes por tubos com revestimentos especiais, a Confab beneficia-se da parceria global que a Tenaris mantém com a Socotherm.

Na Bovespa, há 31 anos

Ao aderir ao Nível 1 de Governança Corporativa, a Confab confirmou o comprometimento que mantém com os investidores desde o primeiro dia de abertura de seu capital. Com critérios adicionais aos exigidos pela lei, o seletivo grupo de empresas do qual a Confab participa visa única e exclusivamente proporcionar mais segurança àqueles que decidem investir na Companhia.

Com o *split* das ações, em 2004, buscou-se mais liquidez para as ações da Confab e, mais uma vez, o mercado respondeu positivamente com a valorização dos papéis da empresa.

Em 2005 a empresa comemorou 25 anos de capital aberto na Bolsa de Valores de São Paulo e recebeu o selo de Assiduidade da APIMEC SP – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – pelos anos consecutivos de apresentação na instituição.

Ao longo desses anos e sustentada por uma atuação sempre transparente e responsável, a Confab conquistou a confiança do mercado e de seus acionistas.

Mensagem aos acionistas

Senhores acionistas,

O ano de 2010 foi marcado pela diminuição do nível de atividade no Negócio Tubos, principalmente pela falta de projetos de envergadura. Em sentido oposto, o segmento de produtos utilizados em poços de petróleo (OCTG), confirmou sua tendência de crescimento registrada nos últimos tempos. Por sua parte o Negócio de Equipamentos conseguiu manter o importante desempenho demonstrado no ano anterior, com faturamento concentrado no segmento de petróleo e petroquímica. O ano de 2010 mostrou também a recuperação da carteira de pedidos, o que nos leva começar o ano de 2011 com maior otimismo. Sem dúvidas, nosso poder de reação ante um cenário de maior dificuldade nos permitiu conseguir encerrar o ano com resultados positivos e posicionar-nos melhor para encarar o ano de 2011.

O nível de faturamento consolidado da nossa Companhia em 2010 foi de R\$1,0 bilhão (R\$2,1 bilhões em 2009). A carteira de pedidos do Negócio Tubos, que iniciou o ano com R\$249 milhões, registrou um aumento de 119%, encerrando o exercício com R\$546 milhões, consequência principalmente do ingresso de pedidos de dutos para o transporte de gás, além do volume demandado pelos segmentos de OCTG, Distribuidores e Exportação.

Já a carteira de pedidos do Negócio Equipamentos totalizou R\$683 milhões ao final de 2010 (R\$478 em 2009). Esse desempenho deve-se à demanda do setor de petróleo e petroquímica, principalmente de refinarias do nosso cliente Petrobras e ao setor de energia nuclear, que, com o início da construção de Angra III, gerou novas encomendas.

Ao mesmo tempo em que trabalhou fortemente para reverter a situação de menor atividade, a Companhia concentrou esforços também na implementação de ações que lhe permitirão continuar respondendo às necessidades crescentes dos nossos clientes.

Nesse sentido, continuamos realizando investimentos na modernização de nossas fábricas, reforçando o processo de atualização tecnológica, que visa a melhoria contínua na qualidade dos nossos produtos e produtividade dos processos e, conseqüentemente, na competitividade da Companhia. Em 2010 foram investidos R\$74,8 milhões (R\$50,3 milhões em 2009), destacando-se o ultrassom de corpo da fábrica ERW, no Negócio Tubos. No Negócio Equipamentos tivemos a construção de um pavilhão de 7 mil m², destinado à fabricação de equipamentos industriais tais como vasos de pressão e fornos de processo para refinarias e petroquímicas. Com esse investimento aumentamos em 25% a capacidade de produção da planta de equipamentos.

Ainda se encontram em processo de investimento dois projetos. Um deles está concentrado na linha de produtos OCTG (principalmente Roscas Hydril), e o outro na construção de um prédio exclusivo para a TenarisUniversity. Com uma área construída de 2.083 m², a nossa universidade corporativa terá uma completa infra-estrutura que lhe permitirá ampliar as atividades de capacitação oferecidas aos nossos funcionários, assegurando a preservação do nosso conhecimento.

Outra notícia destacável do ano de 2010 foi a vitória na licitação de concessão de uma área de 4.013 m² no Parque Tecnológico da

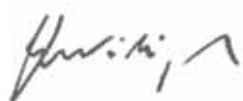
Ilha do Fundão, no Rio de Janeiro (RJ), onde construiremos nosso Centro de Pesquisa e Desenvolvimento. O investimento é estimado em R\$ 41 milhões e as obras serão iniciadas em 2011. Mesmo sendo o foco central o desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos e tecnologias para o mercado petrolífero, também serão desenvolvidas soluções para outros mercados, como o automotivo, nuclear, de mineração e de construção estrutural.

Ao nos debruçarmos sobre os resultados de 2010 podemos nos considerar vitoriosos. Soubemos contornar os reflexos da crise e, ao mesmo tempo, identificar oportunidades de crescimento.

Com certeza, estamos bem preparados para cumprir os objetivos que nos impusemos. Tanto o Negócio Tubos quanto o Negócio Equipamentos iniciam 2011 em um cenário positivo em razão dos pedidos que já se encontram em carteira e das perspectivas dos mercados. Temos motivos para acreditar em um desempenho sólido da Companhia em 2011.

Mais uma vez, essas conquistas não seriam possíveis sem o apoio e a confiança dos nossos clientes, fornecedores, colaboradores e acionistas.

A todos, os nossos agradecimentos.



Roberto Caiuby Vidigal
Presidente do Conselho de Administração

Relatório da administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Confab Industrial S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e suas controladas, com o parecer dos auditores independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

A. Comentários sobre o desempenho

I. Introdução

A Companhia, ao longo do ano de 2010, conseguiu manter uma boa rentabilidade apesar da redução do volume faturado no Negócio Tubos. Adicionalmente, sua carteira de pedidos mostrou um aumento, principalmente por causa da demanda por equipamentos industriais nos segmentos de petróleo e petroquímica e de energia nuclear.

O nível de faturamento consolidado foi de R\$1,0 bilhão (R\$2,1 bilhões em 2009), com destaque para o faturamento do Negócio Equipamentos, que manteve o bom desempenho obtido no ano anterior e, no Negócio Tubos, para o aumento das vendas dos produtos do segmento OCTG.

A carteira de pedidos do Negócio Tubos, que iniciou o ano em R\$249 milhões, registrou um aumento de 119%, encerrando o exercício com R\$546 milhões.

No Negócio Equipamentos, o setor de petróleo e petroquímica manteve uma demanda sólida devido, principalmente, às refinarias da Petrobras e ao setor de energia nuclear, que, com o início da construção da usina nuclear de Angra III, gerou novos negócios. Isso nos possibilitou encerrar 2010 com uma carteira de pedidos relevante que totalizava R\$683 milhões.

No ano, foram realizados investimentos importantes, destacando-se o ultrassom de corpo da fábrica ERW (Negócio Tubos), o desenvolvimento das rosca Hydril (Negócio Tubos) e o aumento da capacidade de produção do Negócio Equipamentos com a construção de um novo pavilhão na planta de Moreira César. Ainda se encontram em andamento os investimentos na linha de produtos OCTG e no centro de treinamento, tendo sido os dois projetos orçados em 2010.

II. Receita

A Confab Industrial S.A. e suas controladas registraram uma receita operacional líquida de R\$1,0 bilhão em 2010, valor 52,4% inferior a 2009. No Negócio Tubos, a diminuição do volume de vendas, tanto no mercado interno como no externo, contribuiu para a redução da receita. O Negócio Equipamentos manteve o bom desempenho do ano anterior, com maior atividade no segmento de petróleo e petroquímica.

III. Resultado consolidado

No ano de 2010, o lucro líquido registrado foi de R\$95,6 milhões, comparado a R\$205,5 milhões no ano de 2009. O lucro por ação calculado de acordo com a legislação societária foi de R\$0,23362 em 2010, comparado a R\$0,51429 em 2009.

Esse resultado é composto de:

- A receita líquida atingiu o valor de R\$1,0 bilhão em 2010. A margem bruta como percentual da receita ficou em 31,0%, superior à atingida em 2009 de 30,0%.
- As despesas com vendas, gerais e administrativas totalizaram R\$167,3 milhões, apresentando

uma diminuição de 8,8% em comparação a 2009, cujo total foi de R\$183,5 milhões, devido principalmente à diminuição de despesas com frete das obras faturadas, parcialmente compensada pelo aumento na provisão para contingências.

- Os honorários dos administradores, incluindo encargos sociais, totalizaram R\$8,1 milhões (R\$7,0 milhões em 2009).
- O resultado de equivalência patrimonial mostrou um lucro de R\$3,0 milhões em 2010 contra um lucro de R\$3,5 milhões em 2009. A Confab Industrial S.A. possui participações acionárias nas empresas SIAT S.A. (30%), empresa argentina fabricante de tubos de aço soldados, e Tenaris Confab Hastes de Bombeio S.A. (49%), empresa especializada na fabricação e comercialização de hastes de bombeio e outros materiais para utilização no segmento de produção de petróleo em terra.

A participação da SIAT no resultado da Companhia representou uma perda de R\$0,8 milhão em 2010 contra um ganho de R\$1,6 milhão em 2009. O menor nível de atividade dessa empresa em 2010 justifica o resultado.

A participação da Tenaris Confab Hastes de Bombeio S.A. representou, em 2010, um ganho recorde de R\$3,8 milhões contra R\$1,9 milhão em 2009, com fornecimento de hastes para bombeamento de petróleo principalmente para o mercado interno.

- O resultado financeiro líquido do ano de 2010 registrou uma despesa de R\$20,6 milhões (R\$177,5 milhões em 2009), composto de: i) juros líquidos de operações passivas e ativas registraram

uma receita de R\$12,3 milhões em 2010 e uma receita de R\$17,5 milhões em 2009; ii) variação cambial e resultados de *forwards* (contratos de câmbio futuro) registraram uma despesa líquida de R\$31,3 milhões em 2010 contra uma despesa líquida de R\$191,1 milhões em 2009; iii) despesas bancárias e outros impostos sobre receitas financeiras de R\$1,6 milhões em 2010 e R\$3,9 milhões em 2009.

IV. EBITDA

O EBITDA não é uma medida utilizada pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, porém, é utilizado pela Companhia como indicador de geração bruta de caixa. Como não tem um significado padronizado, nossa definição pode não ser comparável à utilizada por outras companhias.

O resultado medido pelo EBITDA (Lucro Antes de Juros, Imposto de Renda, Depreciação e Amortização) no ano de 2010 foi de R\$174,9 milhões (R\$480,7 milhões em 2009), conforme demonstrado abaixo:

	R\$ milhões	
	2010	2009
Lucro Operacional	125,6	272,1
Equivalência Patrimonial	(3,0)	(3,5)
Receitas Financeiras	(18,2)	(19,3)
Despesas Financeiras	38,8	196,8
Depreciação e Amortizações	31,7	34,6
EBITDA	174,9	480,7

V. Posição financeira

A dívida financeira total em 31 de dezembro de 2010 era de R\$92,2 milhões, 0,5% de curto prazo e 99,5% de longo prazo.

Ao final do período, o total de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários foi de R\$604,6, dos quais R\$490,8 encontravam-se aplicados em US\$ e, portanto, sujeitos a variação cambial. A posição financeira líquida (caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários menos empréstimos bancários) totalizou R\$512,4.

VI. Investimentos

Neste exercício, foram investidos R\$74,8 milhões (R\$50,3 milhões em 2009), principalmente na ampliação e modernização de fábricas, reforçando o processo de atualização tecnológica que visa a melhoria da qualidade, a automação, a produtividade e a competitividade da Companhia.

Destacam-se os investimentos no ultrassom de corpo da fábrica ERW (Negócio Tubos), no desenvolvimento das roscas Hydril (Negócio Tubos) e no aumento da capacidade de produção do Negócio Equipamentos com a construção de um novo pavilhão na planta de Moreira César.

B. Governança corporativa

Desde 2003, a Companhia adere ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa.

I. Valor de mercado

O capital social da Companhia está composto por 167.447.439 ações ordinárias (CNFB3) e 243.409.871 ações preferenciais (CNFB4). A cotação das ações preferenciais da Companhia (CNFB4) em 2010 encerrou o ano em R\$6,10 por ação, com valorização de 22% (o Ibovespa valorizou 1% no período). Em 2009, a CNFB4 havia valorizado 56% contra 83% do Ibovespa. O valor de mercado da Companhia, estimado com

base na multiplicação da cotação de fechamento de 2010 da ação preferencial (CNFB4) pela totalidade das ações, ordinárias mais preferenciais da Companhia, gera um valor de mercado estimado de R\$2,5 bilhões.

II. Dividendos e juros sobre capital próprio

Durante o ano, foi deliberado a título de antecipação de dividendos do exercício 2010 o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$62,8 milhões, valor que excede o mínimo obrigatório, dos quais foi pago até 31 de dezembro de 2010 o montante de R\$44,5 milhões.

III. Programa de recompra de ações aprovado em 23 de fevereiro de 2010

Durante a vigência do programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2010 e encerrado em 18 de fevereiro de 2011, foram adquiridas 1.717.300 ações preferenciais. O Conselho, em reunião do dia 18 de fevereiro de 2011, resolveu propor para aprovação da Assembléia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 26 de abril de 2011, o cancelamento das ações adquiridas sem redução do capital social.

IV. Novo programa de recompra de ações

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 18 de fevereiro de 2011, aprovou um novo programa de recompra de ações preferenciais de emissão da Companhia para fins de permanência em tesouraria, para posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social. O programa limita-se à aquisição de até 12.000.000 ações preferenciais (aproximadamente 5% das ações da classe) e vigorará pelo prazo de um ano a contar de 01 de março de 2011 até 28 de fevereiro de 2012.

C. Gestão de riscos e controles internos

A Companhia possui um sistema de gestão de riscos que tem por objetivo proporcionar um adequado grau de segurança sobre suas operações. Os controles internos são testados e analisados por auditorias internas e externas a fim de garantir sua confiabilidade.

D. Auditoria independente

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes, empresa que presta serviços de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, não realizou nenhum outro serviço que não seja o acima mencionado no exercício 2010.

E. Responsabilidade social e gestão de pessoas

I. Apoio a projetos sociais

A Companhia busca a prática de responsabilidade social corporativa por meio de ações que levam em consideração as necessidades do público com o qual interage. Dentro dessa proposta, está empenhada em identificar as necessidades das comunidades onde atua, além de enfatizar o respeito ao meio ambiente.

Em 2010, o investimento da Companhia em resposta à sua política de desenvolvimento social corporativa foi de R\$1,8 milhão. Desse valor, R\$1,1 milhão foi utilizado com base em leis de incentivo à cultura (Lei Rouanet), aos esportes e à criança e ao adolescente.

Entre os projetos apoiados pela Companhia destacam-se: Projeto Pinda Florida, que se sustenta no tripé conhecimento, educação e conservação do patrimônio ambiental a partir do Parque Municipal do Trabiju; a Corrida Pinda, que se

tornou um dos maiores eventos já realizados na região; e o Prêmio por Excelência no Estudo, que visa estimular, destacar e premiar estudantes que apresentam um excelente desempenho escolar.

A Confab manteve o apoio aos projetos Saindo das Ruas, Projeto Guri e Agentes Históricos, beneficiando mais de 2.000 crianças e adolescentes que são mantidos nas escolas, melhorando seu desempenho escolar, disciplina e frequência. O Espaço da Criança Anália Franco conta com o apoio da empresa no programa de bolsas de estudos para adolescentes do ensino médio e curso pré-vestibular gratuito.

II. Institucional

Em 2010, utilizando os benefícios das leis de incentivo à cultura, aos esportes e à criança e ao adolescente, foi investido R\$1,1 milhão nos seguintes projetos:

- Exposição Louise Bourgeois;
- Corrida Pinda;
- Agentes Históricos e Natal solidário.

III. Capital humano – o maior valor da Companhia

No ano de 2010, para uma média de 2.800 funcionários, a Companhia investiu, por meio da sua universidade corporativa (Tenaris University), mais de R\$1,3 milhão em cursos técnicos, de gestão, de informática, de idiomas e de pós-graduação. Foram realizadas mais de 136 mil horas de treinamento, o que representa 49 horas de treinamento por funcionário.

IV. Meio ambiente, segurança e saúde ocupacional

Em 2010, a Confab destinou R\$4,3 milhões a investimentos nas áreas de meio ambiente, saúde e segurança do trabalho. Demos continuidade no SGMASS (Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança) e concluímos as atividades de melhoria em temas como o tratamento dos desvios identificados pelos funcionários no sistema TSE (Tenaris Safety and Environment).

No Negócio Tubos, em meio ambiente foram destaques: a finalização do projeto de adequação da ETE (Estação de Tratamento de Efluentes) para reúso da água, o sistema de correção de PH e cloro para água potável, a construção da segunda fase do galpão para central de resíduos e a adequação do depósito de inflamáveis para evitar vazamentos e acidentes do trabalho. Em segurança, destacou-se o desenvolvimento e aquisição de dispositivo para resgate nas cabines das pontes rolantes, em casos de emergência.

No Negócio Equipamentos, destacaram-se: a fabricação e montagem do galpão industrial, o sistema de proteção e combate a incêndios e a montagem da cabine de pintura, além de melhorias diversas no refeitório.

V. Qualidade de vida

A Confab desenvolve várias ações para contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seus funcionários. Em 2010, em assistência médica e odontológica, foram investidos R\$12,2 milhões. A alimentação dos funcionários demandou um investimento de R\$7,1 milhões e o transporte, R\$2,9 milhões. Mais de R\$1,1 milhão foram investidos em outros benefícios, como subsídios farmacêuticos, materiais escolares, brinquedos, cestas de natal e enxovais para recém-nascidos.

Além disso, houve as seguintes ações focadas na saúde e na qualidade de vida em 2010:

- Programa Antitabagismo, com 28 participantes; 13 pararam de fumar e o restante está em tratamento;
- Avaliações Nutricionais, nas quais já foram feitas mais de 130 avaliações e orientações;
- Programa de Tratamento da Obesidade, no qual 15 participantes contam com: avaliações nutricionais e psicológicas, encontros em grupo e atividades físicas. Todas as atividades são realizadas no horário de trabalho, sendo que os critérios de participação são determinados por indicação médica;
- Campanha de vacinação contra gripe (H1N1 + Sazonal), imunizando mais de 75% dos colaboradores.

Perspectivas para 2011

Negócio Tubos

Em melhor situação do que no ano anterior, o Negócio Tubos inicia 2011 com uma carteira de pedidos de R\$546 milhões (no ano anterior foi de R\$249 milhões) e um cenário positivo por causa das perspectivas de mercado para os próximos anos, com projetos de gasodutos (principalmente *offshore*), alcooldutos e minerodutos em análise.

No mercado de exportação, os altos custos provocados pelos atuais níveis de taxa de câmbio, em conjunto com a participação cada vez mais forte de concorrentes internacionais com estratégias comerciais desleais e câmbio desvalorizado, continuam prejudicando as oportunidades de negócios, principalmente na América do Sul e no Caribe, nossos tradicionais mercados de exportação.

Nesse cenário, destaca-se novamente no Brasil o segmento de OCTG (*Oil Country Tubular Goods*) – produtos utilizados em revestimento de poços de petróleo –, que deve manter-se sólido devido aos planos de investimento anunciados pela Petrobras e por outras empresas privadas.

Para acompanhar o crescimento da demanda por produtos *offshore*, para dutos *linepipe* e para OCTG, a Companhia colocou em marcha um plano de investimentos agressivo visando acompanhar os requerimentos tecnológicos da Petrobras para dutos submarinos e exploração e produção de poços *offshore*. Destacamos os investimentos para produzir roscas Tenaris Hydril, especialmente desenhadas para satisfazer as exigentes condições de trabalho dos campos *offshore* em águas ultraprofundas.

Negócio Equipamentos

Manteve durante o ano de 2010 o bom desempenho de 2009 e encerrou o ano com um significativo nível de pedidos em carteira no valor de R\$683 milhões (R\$478 em 2009), composto principalmente por projetos do segmento de petróleo e petroquímica e de energia nuclear.

Durante o ano de 2010, com o objetivo de aumentar a capacidade de produção em 25%, foi construído um novo pavilhão de 7 mil m² com foco em fabricação de equipamentos como vasos de processo, fornos petroquímicos e tambores de coque para refinarias.

Com base nos pedidos em carteira e nas perspectivas de mercado – anúncios de construção de novas refinarias e fábricas de fertilizantes e potenciais novas usinas nucleares no nordeste e sudeste do país, bem como o crescimento do segmento de celulose e as oportunidades de vendas de equipamentos para a área *offshore* da Petrobras, os quais ainda devem gerar novos negócios –, estima-se um desempenho sólido, mantendo nossas expectativas positivas sobre seu futuro.

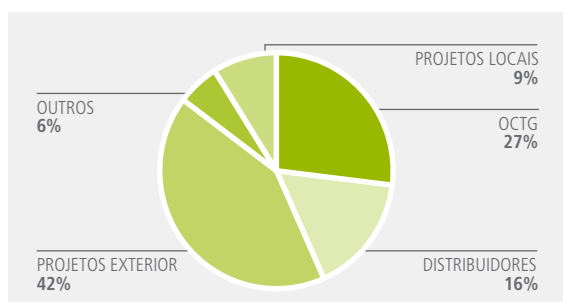
Tubos

As vendas de produtos tubulares soldados em 2010 totalizaram 148,3 mil toneladas, registrando uma variação negativa de 49,4% em relação às 293,3 mil toneladas faturadas em 2009. O mercado interno foi responsável pela maior parcela do volume faturado em 2010, respondendo por 57,9% do total. A redução do faturamento no mercado interno deveu-se à fraca demanda de projetos de dutos. Dentre as 148,3 mil toneladas faturadas destaca-se o segmento de OCTG (*Oil Country Tubular Goods*) – que inclui produtos de alto valor agregado para aplicação na prospecção de poços de petróleo –, o qual registrou um incremento de 25,4% em comparação a 2009, totalizando 40,0 mil toneladas faturadas no período.

No mercado de exportação, em 2010 enfrentamos um cenário de escassez de projetos na região, aliado a uma maior concorrência de produtos chineses e indianos. A apreciação do Real frente ao Dólar Americano afetou negativamente nossa capacidade competitiva externa. No começo de 2010, foi vendido o projeto de ampliação do gasoduto Camisea, no Peru, obra de 91.000 toneladas, das quais 48.000 foram faturadas neste período. As demais 43.000 toneladas compõem a carteira de pedidos em 31 de dezembro de 2010 para faturamento em 2011.

A receita líquida do Negócio Tubos em 2010 foi de R\$647 milhões, o que representou um decréscimo de 63,2% em relação a 2009 (R\$1.759 milhões).

Os principais segmentos faturados foram:

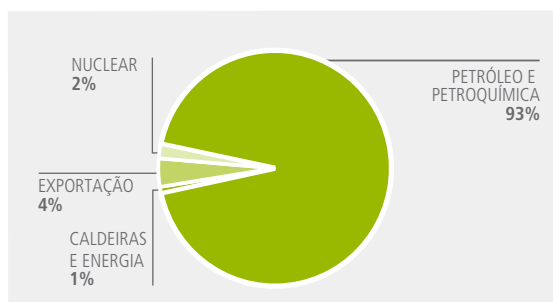


Equipamentos

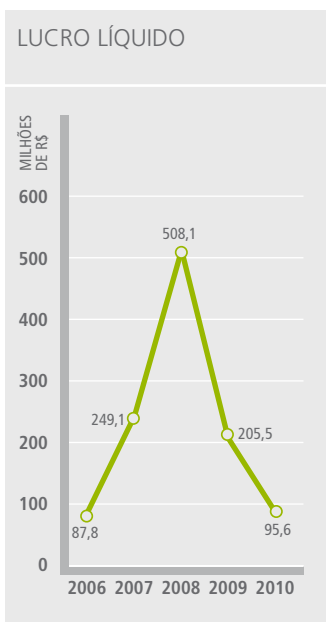
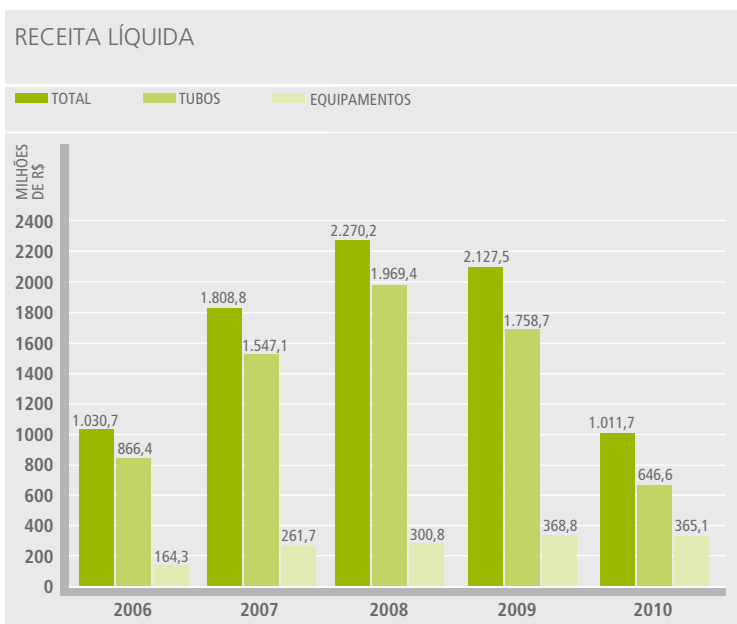
As operações de equipamentos industriais, que incluem fabricação e montagem, apresentaram um decréscimo no nível nominal de produção em fábrica, com 636 mil homens-horas em 2010, contra 751 mil homens-horas em 2009, porém, compensado pela maior participação dos serviços de montagens no total faturado.

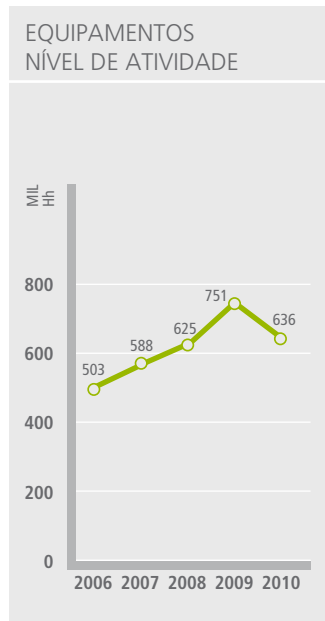
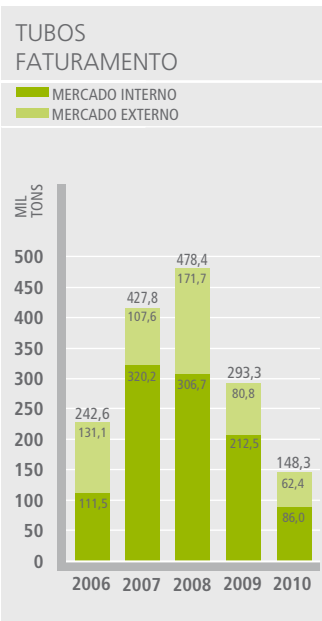
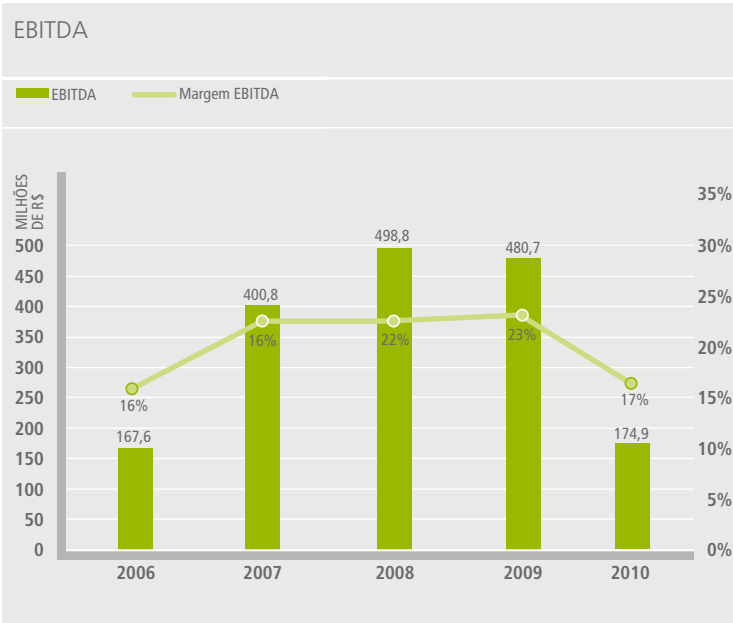
A receita líquida do Negócio Equipamentos em 2010 foi de R\$365,1 milhões, apresentando um decréscimo de 1,0% em relação ao período anterior (R\$368,8 milhões).

Durante o ano de 2010, a atividade do negócio se encontrou focada principalmente no segmento de petróleo e petroquímica. A distribuição da receita por segmentos foi a seguinte:



TenarisConfab em números





Conselho de administração

Presidente

Roberto Caiuby Vidigal

Vice-Presidentes

Guillermo Héctor Noriega

Paolo Felice Bassetti

Conselheiros

Carlos Eduardo Bacher

João Pedro Gouvêa Vieira Filho

Rinaldo Campos Soares

Tomas Tomislav Antonin Zinner

Victor Adler

Diretoria

Diretor Presidente

Roberto Caiuby Vidigal

Diretor Vice-Presidente Executivo

Negócio Tubos

Tulio Cesar do Couto Chipoletti

Diretor Vice-Presidente Executivo

Negócio Equipamentos

Emyr Elias Barbare

Diretor de Vendas Locais

Nicolau Marcelo Bernardo

Diretor de Planejamento Estratégico

Juan Carlos Satostegui

Diretor Administrativo-Financeiro e Relações com Investidores

Marcelo Héctor Barreiro

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010 e de 2009

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando
de outra forma indicado

Balanço patrimonial

ATIVO	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	282.786	506.179	432.318	331.657	546.696	466.715
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	272.988	78.062	–	272.988	78.062	–
Contas a receber (Nota 5)	162.439	391.161	372.546	193.368	414.437	387.144
Estoques (Nota 6)	351.466	190.726	602.370	351.050	191.982	602.473
Partes relacionadas (Nota 12)	–	–	5.350	–	–	2.675
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	38.290	19.248	6.140	39.732	19.692	8.205
Impostos indiretos a recuperar (Nota 7)	79.476	32.789	137.694	82.900	34.461	139.239
Despesas pagas antecipadamente e outras	1.972	2.040	43.355	2.478	2.336	43.746
Total do ativo circulante	1.189.417	1.220.205	1.599.773	1.274.173	1.287.666	1.650.197
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo						
Partes relacionadas (Nota 12)	11.871	16.451	12.320	10.079	16.451	12.320
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18A)	61.163	54.583	54.768	64.923	57.417	57.629
Impostos indiretos a recuperar (Nota 7)	7.733	7.617	5.447	22.741	19.262	14.658
Depósitos judiciais	41.724	36.549	34.294	44.505	39.222	36.966
Outros créditos	382	82	708	382	82	708
Investimentos						
Empresas controladas e coligadas (Nota 8)	187.146	171.821	187.743	73.146	72.687	90.345
Outros investimentos	–	–	–	62	65	84
Imobilizado (Nota 9)	275.345	233.013	215.198	287.797	245.641	228.892
Intangível (Nota 10)	2.413	1.875	3.051	2.413	1.875	3.088
Total do ativo não circulante	587.777	521.991	513.529	506.048	452.702	444.690
Total do ativo	1.777.194	1.742.196	2.113.302	1.780.221	1.740.368	2.094.887

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE						
Fornecedores (Nota 11)	126.475	104.254	219.375	109.483	81.198	173.489
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	506	506	12.550	506	506	12.550
Adiantamentos de clientes (Nota 14)	53.991	72.880	367.679	56.330	76.910	372.771
Impostos e contribuições a recolher	7.183	15.243	26.281	9.543	20.491	36.091
Parcelamento especial (Nota 15)	3.811	3.396	2.975	3.811	3.396	3.490
Salários e encargos sociais	23.850	20.468	19.643	31.596	26.082	22.256
Provisão para participação dos empregados nos lucros	2.504	5.988	16.489	2.690	6.431	17.526
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	16.542	19.012	90.012	16.542	19.012	92.687
Outras contas a pagar	22.126	13.041	5.861	23.419	13.364	6.819
Total do passivo circulante	256.988	254.788	760.865	253.920	247.390	737.679
NÃO CIRCULANTE						
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18A)	–	–	12.463	–	–	12.549
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	91.740	91.740	14.086	91.740	91.740	14.086
Parcelamento especial (Nota 15)	2.530	5.851	11.697	2.530	5.851	11.786
Provisão para contingências (Nota 16)	89.297	74.550	71.268	95.392	80.120	75.864
Total do passivo não circulante	183.567	172.141	109.514	189.662	177.711	114.285
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social (Nota 17A)	658.419	602.419	431.419	658.419	602.419	431.419
Reserva de capital	309	309	309	309	309	309
Reservas de lucros	689.165	724.219	807.179	689.165	724.219	807.179
Ações em tesouraria (Nota 17F)	(7.290)	(11.837)	(34.628)	(7.290)	(11.837)	(34.628)
Ajustes de avaliação patrimonial	(3.964)	157	38.644	(3.964)	157	38.644
Total do patrimônio líquido	1.336.639	1.315.267	1.242.923	1.336.639	1.315.267	1.242.923
Total do passivo e patrimônio líquido	1.777.194	1.742.196	2.113.302	1.780.221	1.740.368	2.094.887

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (Nota 19)	882.805	2.026.617	1.011.714	2.127.473
Custo dos produtos e serviços vendidos (Nota 23)	(603.303)	(1.450.770)	(696.748)	(1.496.624)
Lucro bruto	279.502	575.847	314.966	630.849
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Vendas (Nota 23)	(67.462)	(91.445)	(69.196)	(93.285)
Gerais e Administrativas (Nota 23)	(94.515)	(84.877)	(98.127)	(90.198)
Honorários e encargos dos administradores (Nota 12)	(8.058)	(7.043)	(8.058)	(7.043)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 20)	4.933	6.127	3.661	5.752
	(165.102)	(177.238)	(171.720)	(184.774)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E DO RESULTADO FINANCEIRO				
Resultados de equivalência patrimonial (Nota 8)	22.541	25.377	2.979	3.541
	114.400	398.609	143.246	446.075
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO				
Variação cambial líquida (Nota 22)	(26.086)	(111.899)	(25.818)	(125.115)
Despesas financeiras (Nota 21)	(12.788)	(71.350)	(13.018)	(71.715)
Receitas financeiras (Nota 21)	16.557	18.260	18.192	19.316
	(22.317)	(164.989)	(20.644)	(177.514)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA, DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, E DAS PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS				
Imposto de renda e contribuição social (Nota 18B)	(19.042)	(53.454)	(29.999)	(66.559)
	95.582	205.543	95.582	205.543
Lucro líquido do exercício	95.582	205.543	95.582	205.543
Lucro básico e diluído por ação ordinária – R\$ (Nota 24)	0,23530	0,52963		
Lucro básico e diluído por ação preferencial – R\$ (Nota 24)	0,23530	0,52963		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Controladora)

	Reserva de capital				Reserva de lucros				Total
	Capital Social	Investimentos incentivados	Reserva legal	Para aumento de capital	Retenção de lucros	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2009	431.419	309	86.284	171.000	549.895	(34.628)	38.644	-	1.242.923
Aumento de capital com reservas de lucros (Nota 17A)	171.000	-	-	(171.000)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva para aumento de capital (Nota 17C)	-	-	-	56.000	(56.000)	-	-	-	-
Constituição de reservas (Nota 17D)	-	-	10.277	-	195.266	-	-	(205.543)	-
Aquisições de ações em tesouraria (Nota 17F)	-	-	-	-	-	(21.104)	-	-	(21.104)
Cancelamento de ações tesouraria (Nota 17F)	-	-	-	-	(43.895)	43.895	-	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$0,184173 por ação) (Nota 17E)	-	-	-	-	(73.608)	-	-	-	(73.608)
Transações de capital	171.000	-	10.277	(115.000)	21.763	22.791	-	(205.543)	(94.712)
"Hedge Accounting", líquido do crédito tributário diferido (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	(17.288)	-	(17.288)
Variação cambial de controladas no exterior	-	-	-	-	-	-	(21.199)	-	(21.199)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(38.487)	-	(38.487)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	205.543	205.543
Saldos em 31 de dezembro de 2009	602.419	309	96.561	56.000	571.658	(11.837)	157	-	1.315.267
Aumento de capital com reservas de lucros (Nota 17A)	56.000	-	-	(56.000)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva para aumento de capital (Nota 17C)	-	-	-	15.400	(15.400)	-	-	-	-
Constituição de reservas (Nota 17D)	-	-	4.779	-	90.803	-	-	(95.582)	-
Aquisições de ações em tesouraria (Nota 17F)	-	-	-	-	-	(7.290)	-	-	(7.290)
Cancelamento de ações tesouraria (Nota 17F)	-	-	-	-	(11.837)	11.837	-	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$0,153490 por ação) (Nota 17E)	-	-	-	-	(62.799)	-	-	-	(62.799)
Transações de capital	56.000	-	4.779	(40.600)	767	4.547	-	(95.582)	(70.089)
"Hedge Accounting", líquido do crédito tributário diferido (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	(905)	-	(905)
Variação cambial de controladas no exterior	-	-	-	-	-	-	(3.216)	-	(3.216)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(4.121)	-	(4.121)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	95.582	95.582
Saldos em 31 de dezembro de 2010	658.419	309	101.340	15.400	572.425	(7.290)	(3.964)	-	1.336.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	95.582	205.543	95.582	205.543
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	30.455	32.366	31.658	34.577
Variações monetárias e cambiais	30.484	112.514	31.009	120.281
Valor residual do imobilizado baixado	165	48	177	48
Peças de reposição	(58)	173	(55)	175
Resultado de equivalência patrimonial	(22.541)	(25.377)	(2.979)	(3.541)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.114)	(590)	(7.040)	(650)
Obsolescência e ajuste a valor de mercado de estoques	(176)	26.302	45	26.368
Provisão para devedores duvidosos	(1.961)	(750)	(2.400)	(472)
Variação cambial de investimento no exterior	–	–	(694)	19
Provisão para contingências	18.627	7.800	19.791	9.315
Derivativos	329	(12.965)	329	(12.965)
	144.792	345.064	165.423	378.698
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber	230.683	(17.865)	223.469	(26.821)
Crédito com pessoas ligadas	4.580	(4.131)	6.372	(14.180)
Estoques	(160.893)	385.342	(159.442)	384.123
Despesas antecipadas	(498)	2.210	(708)	2.052
Impostos a recuperar	(83.245)	48.078	(90.545)	44.338
Outros	(5.023)	17.994	(8.493)	15.810
	(14.396)	431.628	(29.347)	405.322
(Aumento) redução no passivo				
Fornecedores	22.221	(115.121)	28.285	(92.291)
Adiantamento de clientes	(18.889)	(294.799)	(20.580)	(295.861)
Impostos a pagar	27.555	60.710	41.887	72.254
Salários e encargos	3.382	825	5.514	3.826
Parcelamento especial	(2.906)	(5.426)	(2.906)	(6.030)
Desembolsos vinculados à provisão para contingências	(2.809)	(2.495)	(3.448)	(3.036)
Desembolso de imposto de renda e contribuição social	(18.099)	(28.028)	(30.769)	(38.900)
Outros	3.157	(4.044)	3.868	(5.271)
	13.612	(388.378)	21.851	(365.309)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	144.008	388.314	157.927	418.711

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Títulos e valores mobiliários – aplicações	(231.523)	(108.613)	(231.523)	(112.197)
Títulos e valores mobiliários – resgates	27.361	28.559	27.361	32.143
Títulos e valores mobiliários – juros	–	(1.558)	–	(1.558)
Ações em tesouraria	(7.290)	(21.104)	(7.290)	(21.104)
Dividendos recebidos de controlada e coligada	4.000	25.450	–	12.725
Aquisição de bens do imobilizado	(73.432)	(49.226)	(74.474)	(50.336)
Caixa utilizado pelas atividades de investimento	(280.884)	(126.492)	(285.926)	(140.327)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(65.269)	(144.608)	(65.269)	(147.283)
Captação de empréstimos e financiamentos	–	91.740	–	91.740
Amortização de empréstimos e financiamentos – principal	–	(25.168)	–	(25.168)
Amortização de empréstimos e financiamentos – juros	(4.117)	(2.065)	(4.117)	(2.065)
Caixa utilizado pelas atividades de financiamento	(69.386)	(80.101)	(69.386)	(82.776)
Efeito das variações cambiais sobre o caixa e equivalentes	(17.131)	(107.860)	(17.654)	(115.627)
Aumento do caixa e equivalentes	(223.393)	73.861	(215.039)	79.981
Saldo inicial do caixa e equivalentes	506.179	432.318	546.696	466.715
Saldo final do caixa e equivalentes	282.786	506.179	331.657	546.696
Aumento do caixa e equivalentes	(223.393)	73.861	(215.039)	79.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Controladora e Consolidado

	2010	2009
Lucro líquido do exercício	95.582	205.543
"Hedge" de investimentos líquidos	(905)	(17.288)
Varição cambial de investidas localizadas no exterior	(3.216)	(21.199)
Total do resultado abrangente do exercício	91.461	167.056

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.071.166	2.507.586	1.222.480	2.635.245
Outras receitas	3.787	6.617	3.874	7.445
Receitas relativas à construção de ativos próprios	1.436	–	1.436	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – reversão (constituição)	1.961	750	2.400	472
	1.078.350	2.514.953	1.230.190	2.643.162
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS, IPI, PIS e CONFINS)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	600.701	1.743.218	713.574	1.805.395
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	143.312	162.948	90.630	137.358
	744.013	1.906.166	804.204	1.942.753
VALOR ADICIONADO BRUTO	334.337	608.787	425.986	700.409
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	30.455	32.366	31.658	34.577
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	303.882	576.421	394.328	665.832
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	22.541	25.377	2.979	3.541
Receitas financeiras	24.973	56.980	26.609	58.134
	47.514	82.357	29.588	61.675
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	351.396	658.778	423.916	727.507
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	144.160	140.569	201.373	176.700
Remuneração direta	116.705	112.814	168.891	146.102
Benefícios	15.502	16.966	19.431	18.960
FGTS	8.183	7.598	8.909	8.121
Outros	3.770	3.191	4.142	3.517
Impostos, taxas e contribuições	62.811	90.688	76.944	107.859
Federais	61.904	89.997	76.033	107.165
Estaduais	620	413	624	416
Municipais	287	278	287	278
Remuneração de capitais de terceiros	48.843	221.978	50.017	237.405
Juros	45.842	218.180	45.694	231.766
Aluguéis	271	1.564	1.222	2.675
Outros	2.730	2.234	3.101	2.964
Remuneração de capitais próprios	95.582	205.543	95.582	205.543
Juros sobre capital próprio	62.799	73.608	62.799	73.608
Lucros retidos do exercício	32.783	131.935	32.783	131.935

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(*) A demonstração do valor adicionado consolidado não forma parte das demonstrações financeiras consolidadas conforme IFRS.

Notas explicativas

I. Contexto operacional

A Confab Industrial S.A. (a seguir denominada “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Caetano do Sul e unidades fabris em Pindamonhangaba, Estado de São Paulo. Seu acionista controlador é a Siderca S.A.I.C., uma subsidiária da Tenaris S.A.

As ações da Companhia estão registradas no Nível 1 de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (“BM&FBOVESPA”) - BOVESPA - ON: CNFB3 e PN: CNFB4.

As atividades operacionais da Companhia e de suas controladas e coligadas consistem principalmente na fabricação de tubos de aço com costura para as indústrias de petróleo, petroquímica, gás, mineração e saneamento e de equipamentos industriais para as indústrias de petróleo, petroquímica, celulose, metalurgia, siderurgia e outras.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada dia 18 de fevereiro de 2011.

Conforme mencionado na Nota Nº 27(V), o desempenho econômico da Companhia está atrelado ao fornecimento de tubos de aço e equipamentos industriais a projetos de infraestrutura das indústrias de petróleo, petroquímica, gás e saneamento.

As operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 estão impactadas pela redução dos referidos projetos, principalmente relacionado a grandes projetos de dutos – *pipelines* – quando comparados com os pedidos recebidos até 31 de dezembro de 2009.

II. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

A. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*.

Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs e IFRS pela Companhia. A análise dos impactos decorrentes da adoção dos CPCs e IFRS está descritas na Nota Nº 2.4.

B. Demonstrações financeiras da controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

C. Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações.

As estimativas que envolvem maior grau de julgamento estão descritas na Nota Nº 2.3.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras, as quais vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário, estão apresentadas a seguir:

A. Critérios de consolidação

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são eliminados os investimentos, os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários, entre as empresas, os resultados das equivalências patrimoniais, as receitas e despesas por negócios realizados entre as empresas, os saldos entre as empresas e nos ativos e passivos circulantes e não circulantes. O balanço patrimonial e a demonstração do resultado das controladas e controladas em conjunto são gerados na mesma data-base da Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem os saldos das contas de suas controladas.

B. Controladas

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto incluindo, quando aplicável, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto que sejam exercíveis ou conversíveis e que são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as seguintes empresas controladas e controladas em conjunto:

- Confab Montagens Ltda. (controlada 100%)
- Confab Revestimentos Ltda. (controlada 100%)
- Confab Trading LLC (controlada 100%)
- Confab Trading N.V. (controlada indireta 100%)
- Socotherm Brasil S.A. (controlada em conjunto – 50%)

As demonstrações financeiras contemplam a consolidação proporcional da Socotherm Brasil S.A., empresa controlada em conjunto. Desta forma, foi aplicado o percentual de 50% sobre os ativos, passivos, receitas e despesas referente a participação da investidora nesta empresa, eliminando a participação não pertencente à Companhia.

C. Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada, quando aplicável.

A Companhia possui participação nas seguintes empresas coligadas:

- Tenaris Confab Hastes de Bombeio S.A. (49%)
- Siat S.A. (30%)

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida no resultado do exercício e sua participação na movimentação do patrimônio líquido pós-aquisição é reconhecida no patrimônio líquido. As movimentações cumulativas pós-

aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) no ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for mantida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos no resultado do exercício.

D. Entidades controladas em conjunto

Conforme informado no item b) acima, a Companhia possui um investimento em conjunto com a Socobrás Participações S.A. (participação de 50%) na Socotherm Brasil S.A., empresa dedicada a revestimento de tubos. Essa empresa foi estabelecida através de acordo contratual que define um controle comum sobre suas operações.

Os investimentos em entidades controladas em conjunto são registrados pelo método de consolidação proporcional. Pelo método da consolidação proporcional a Companhia reconhece nas demonstrações financeiras consolidadas sua participação nos ativos, passivos e nas receitas e despesas da entidade controlada em conjunto.

E. Apresentação de relatórios por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Vice-Presidente Executivo, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia em cada um dos seus segmentos operacionais (Negócio Tubos e Negócio Equipamentos).

F. Conversão de moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações financeiras

A Administração, analisando o ambiente econômico, institucional e legal na qual a Companhia opera, definiu o real (BRL) como moeda funcional e de apresentação de suas demonstrações financeiras.

(ii) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas decorrentes da conversão da moeda são reconhecidos nas demonstrações do resultado como “variação cambial líquida”.

(iii) Conversão de coligadas e controladas

O balanço patrimonial e o resultado do exercício das entidades controladas e coligadas da Companhia (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data das demonstrações financeiras.
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias.
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio líquido são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

G. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, sendo que a Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

• Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ativa e freqüente e classificados no ativo circulante, principalmente derivativos e determinadas aplicações financeiras. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em Receita ou Despesa Financeira do período em que ocorrem.

• Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante ou não

circulante, conforme prazo de realização, e compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. São contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

• **Investimentos mantidos até o vencimento**

Quando aplicável, os investimentos em valores mobiliários negociáveis que a Companhia tem habilidade e intenção em manter até a data de vencimento, são classificados como investimentos mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo amortizado.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável – *impairment*. Quando aplicável, é reconhecida provisão para desvalorização desse ativo.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução

mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- (a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- (b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é determinado pela diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido no resultado do exercício. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente também será reconhecida no resultado do exercício.

H. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de

curto prazo, usualmente com vencimento em até 90 dias a partir da data da contratação, com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

I. Títulos e valores mobiliários

Incluem-se nessa classificação aplicações financeiras com vencimentos originais acima de 90 dias na data da aplicação, principalmente para a finalidade de venda no curto prazo.

J. Derivativos e atividades de *hedge*

As operações com instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas no resultado financeiro pelo seu valor justo, sendo que a Companhia utiliza ferramentas específicas para cálculo de cada instrumento financeiro.

Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção contra a oscilação da taxa de câmbio na aquisição de matéria-prima em moeda estrangeira para certos contratos de venda cujos preços são fixados em reais. Esses instrumentos são designados como *hedges* de compromisso firme de compra de matérias-primas (*hedge* de fluxo de caixa), quando cumprem com as regras do CPC 38 e IAS 39 para designação como instrumento *hedge*.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa na compra das matérias-primas citadas são registradas como segue: (i) a parcela efetiva, líquida do efeito de imposto de renda e contribuição social, na rubrica “ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido; e (ii) a parcela não efetiva como resultado financeiro do período.

Os valores registrados na rubrica de “ajustes de avaliação patrimonial” são transferidos para o custo das matérias-primas nos estoques quando do seu recebimento pela Companhia e posteriormente, quando da venda dos produtos nos quais a matéria-prima protegida é aplicada, à rubrica “custo dos bens vendidos”.

Os instrumentos financeiros derivativos que, embora contratados com o objetivo de efetuar proteção econômica de acordo com as políticas de gestão de risco da Companhia, não cumpram com as disposições do CPC 38 e IAS 39 no que se refere à contabilidade de *hedge* para cobertura de compromisso firme de compra de matérias-primas, ou não forem designados para tal, são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado do exercício em que ocorrem.

K. Contas a receber

São registradas e mantidas nas demonstrações financeiras pelo custo amortizado dos títulos representativos desses créditos e ajustadas a valor presente se esse ajuste for relevante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise individual e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados os principais indicadores na constituição da provisão.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável dos créditos, sendo

esse valor da perda reconhecido na demonstração do resultado como “despesas com vendas”.

L. Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal).

Uma provisão para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como obsoletos ou de baixa movimentação. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o item identificado, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

As importações em andamento e os adiantamentos a fornecedores são demonstrados ao custo acumulado de cada importação/adiantamento.

M. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data das demonstrações

financeiras dos países em que as controladas e coligadas da Companhia atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

As provisões são calculadas e registradas com base em alíquotas e lucros tributáveis ajustados por legislação específica. No caso das operações brasileiras, a alíquota nominal totaliza 34% – sendo 25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e a contribuição social sobre diferenças temporárias entre a base contábil e a base tributária são reconhecidos como créditos, na extensão em que sua realização seja provável, ou débitos tributários diferidos. A expectativa de absorção dos créditos tributários é fundamentada em projeções de lucro tributável, sendo essas projeções baseadas em premissas internas e cenários econômicos futuros podendo, portanto, sofrer alterações.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

N. Imobilizado

Os bens do imobilizado são avaliados pelo valor do custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por *impairment*.

A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota Nº 9, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme análise anual efetuada por especialistas internos e revisada por sua controladora final Tenaris S.A.

A avaliação resulta na preparação de um laudo que considera o estado geral de conservação dos bens e fatores internos e externos, tais como o planejamento operacional da Companhia, o plano de manutenção e utilização dos itens do ativo, informações contábeis, especificações técnicas, inventários físicos realizados, tecnologias disponíveis, ambiente econômico, *benchmarking*, recomendações e manuais dos fabricantes e taxas de vivência dos bens.

Não são atribuídos valores residuais aos itens do ativo imobilizado, uma vez que a Companhia não efetua alienação desses bens senão na forma de sucateamento.

Os custos subseqüentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Materiais alocados a projetos específicos são adicionados a imobilizações em andamento para, posteriormente, serem transferidos para as contas definitivas do imobilizado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado, quando aplicável, são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

O. Intangível

Refere-se a licenças adquiridas de programas de computador, as quais são capitalizadas e amortizadas, pelo método linear, à taxa anual mencionada na Nota Nº 10.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os períodos e os métodos de amortização dos ativos intangíveis são revisados anualmente. Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos.

P. Avaliação da recuperação de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, quando ocorrem, são classificadas como despesas operacionais, conforme sua origem.

Q. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao custo histórico, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias ou cambiais e os correspondentes rendimentos auferidos, não excedendo os seus valores de realização.

R. Impostos indiretos a recuperar

A Companhia, em razão da dinâmica de sua operação, exporta parte de seus produtos a alíquota zero de impostos, gerando créditos fiscais de PIS, COFINS, IPI e ICMS. A evolução desses créditos é acompanhada periodicamente objetivando o seu aproveitamento no curto prazo, principalmente através das opções de compensação previstas em Lei. Com base nessa avaliação é possível determinar o prazo de realização desses créditos e classificá-los como ativo circulante e/ou realizável a longo prazo.

Adicionalmente, no caso específico do ICMS, a Companhia solicita, quando necessário, autorização à Autoridade Fazendária Estadual através de regime especial para utilização desse crédito no pagamento a fornecedores.

Os saldos de impostos a recuperar estão apresentados pelo montante pelo qual a Administração espera compensar tais créditos. Caso haja evidência de que todo ou parte dos créditos não serão recuperados, uma provisão para perdas é reconhecida em contrapartida de uma despesa no resultado do exercício.

S. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos no recebimento dos recursos pelo valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido - “pro rata temporis”, deduzidos dos custos de captação e classificados como passivo circulante ou não circulante, conforme prazo de pagamento definido no contrato.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são registradas como um pagamento antecipado de serviços, deduzindo o valor registrado no passivo, e amortizadas durante o período do empréstimo ao qual se relaciona, diminuindo o valor efetivamente liberado e, conseqüentemente, aumentando a taxa efetiva de juros.

T. Adiantamento de clientes

Referem-se a antecipações de clientes para produção de bens ou execução de serviços. Esse passivo está representado pela obrigação contratual de produzir tais bens ou prestar serviços e caso isso não se concretize, pela devolução dos valores recebidos.

U. Parcelamento especial – Lei 11.941/09

Refere-se a um parcelamento de impostos e contribuições com redução de juros e multa e atualização calculada com base na taxa SELIC.

É substancialmente composto por débitos fiscais relativos a imposto de renda, contribuição social e COFINS e prevê o pagamento em 34 parcelas mensais a contar de novembro de 2009. Para manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento, há obrigatoriedade do pagamento regular das parcelas.

V. Provisões

As provisões em geral são reconhecidas como passivo quando uma estimativa confiável do valor puder ser feita e quando a Companhia tem uma obrigação presente, legalmente formalizada ou não, como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação.

Quando aplicável, as provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, sendo o aumento dessa obrigação em decorrência da passagem do tempo reconhecido como despesa financeira.

Contingências – são reconhecidas com base em uma avaliação efetuada pelos consultores jurídicos da Companhia, levando-se em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sugerindo uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

W. Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

X. Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias ou cambiais e dos correspondentes encargos incorridos.

Y. Reconhecimento de receita

A receita de vendas de tubos é reconhecida somente quando os respectivos riscos e recompensas são transferidos ao cliente, ou seja, quando se cumpre a condição de venda prevista em cada contrato.

A receita dos contratos de vendas de equipamentos é reconhecida pelo método de custo incorrido, considerando-se a proporção de execução de cada contrato. Segundo esse método, a receita contratual é proporcional aos custos contratuais incorridos em cada etapa de medição. A adequação do reconhecimento de receitas é realizada com base nas melhores estimativas da Administração, quando se tornam evidentes. Custos previstos, calculados com base no custo real incorrido e a incorrer que excedem o preço total reajustado, são provisionados. As receitas incorridas, líquidas dos adiantamentos recebidos, são reconhecidas como contas a receber no balanço patrimonial.

Z. Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Os custos são contabilizados pelo regime de competência, sendo representados

substancialmente pelas matérias-primas requisitadas no seu processo produtivo, principalmente aço e produtos de revestimento.

AA. Despesas operacionais

As despesas com vendas são representadas basicamente por gastos de logística inerentes aos projetos faturados.

As despesas gerais e administrativas referem-se a gastos com estrutura fixa, incluindo principalmente salários, serviços de terceiros e provisão para contingências.

Outras receitas e despesas operacionais incluem receitas de aluguel e outros itens extraordinários.

BB. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são constituídas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, resultados com derivativos e encargos financeiros sobre empréstimos.

CC. Benefícios a empregados

Participação nos lucros: está vinculada ao alcance de metas de lucro operacional e outros indicadores qualitativos, estabelecidas e aprovadas em cada exercício. A participação está diretamente relacionada ao resultado econômico obtido pela empresa durante o período julho a junho e normalmente é paga no mês de setembro de cada ano. As despesas são registradas mensalmente no resultado do exercício com base no lucro gerado e na estimativa de alcance das metas.

Benefícios de rescisão: são exigíveis quando o emprego é rescindido pela Companhia antes da data normal de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em

troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometida com a rescisão dos atuais empregados de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

Obrigações de aposentadoria: a Companhia participa somente em planos de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas contratuais a uma entidade separada, não tendo obrigação legal de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

DD. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração.

Os juros sobre o capital próprio pagos ou provisionados são registrados na contabilidade como despesa financeira para fins fiscais. Entretanto, para fins de apresentação nas demonstrações financeiras, esses são apresentados diretamente como dedução do patrimônio líquido, em face de serem incluídos do cômputo dos dividendos mínimos obrigatórios.

EE. Resultado por ação

O resultado básico por ação ordinária e preferencial é calculado pela divisão do lucro (prejuízo) líquido disponível aos acionistas pela quantidade média de cada classe de ações em circulação durante o exercício; já o resultado por ação diluído, o qual não é aplicável à Companhia, seria calculado de maneira similar ao resultado básico por ação, exceto pelo fato de que as quantidades de ações em circulação são ajustadas para refletir as ações adicionais que estariam em circulação caso as transações com potencial efeito de diluição tivessem sido emitidas durante o exercício.

Para fins de atendimento à legislação societária, a Companhia divulga o resultado por ação da Controladora, o qual é calculado considerando a quantidade de ações em circulação existentes na data das demonstrações financeiras, deduzido das ações em tesouraria.

Ações em circulação, conforme norma aplicável, referem-se ao total de ações emitidas pela Companhia excluídas daquelas mantidas em tesouraria.

FF. Demonstrações dos fluxos de caixa

Foram preparadas e estão apresentadas de acordo o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, e IAS 7 – *Cash Flow Statements*.

GG. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

- IFRS 9, “Instrumentos financeiros”, emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e poderá afetar a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia.

- IAS 24 (revisado), “Divulgações de Partes Relacionadas”, emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, “Divulgações de Partes Relacionadas”, emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida.

A norma revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo divulgarem detalhes de todas as transações com próprio governo e outras entidades relacionadas ao mesmo. A Companhia aplicará a norma revisada a partir de 1º de janeiro de 2011. Quando a norma revisada for aplicada, a Companhia e a controladora precisarão divulgar quaisquer transações entre suas controladas e coligadas. A Companhia está atualmente operando sistemas apropriados para captar as informações necessárias, portanto, não é possível, neste estágio, divulgar o impacto, se houver, da norma revisada sobre as divulgações de partes relacionadas.

- “Classificação das emissões de direitos” (alteração ao IAS 32), emitida em outubro de 2009. A alteração aplica-se a períodos anuais iniciando em

- ou após 1º de fevereiro de 2010. Aplicação prévia é permitida. A alteração aborda a contabilização de direitos de ações denominados em outra moeda que não a funcional do emissor. Contanto que determinadas condições sejam atendidas, esses direitos de ações agora são classificados como patrimônio, independente da moeda em que o preço de exercício é denominado. Anteriormente, as ações tinham de ser contabilizadas como passivos derivativos. A alteração aplica-se retroativamente, de acordo com o IAS 8 “Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros”. A Companhia aplicará a norma alterada a partir de 1º de janeiro de 2011. Não se espera que haja algum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- O IFRIC 19, “Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais” está em vigor desde 1º de julho de 2010. A interpretação esclarece a contabilização quando os prazos de um passivo financeiro são renegociados e resultam na emissão pela entidade dos instrumentos patrimoniais a um credor da mesma para extinguir todo ou parte do passivo financeiro (conversão da dívida). Isso requer que um ganho ou perda seja reconhecido no resultado, que é mensurado como a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro e o valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos. Se o valor justo dos instrumentos financeiros emitidos não puder ser mensurado de maneira confiável, os instrumentos patrimoniais devem ser mensurados para refletir o valor justo do passivo financeiro extinto. A Companhia aplicará a interpretação a partir de 1º de janeiro de 2011. Não se espera que haja algum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
 - “Pagamentos Antecipados de Requerimentos Mínimos de Provimento de Fundos” (alteração ao IFRIC 14). As alterações corrigem uma consequência não intencional do IFRIC 14, IAS 19 - “Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos e sua Interação”. Sem as alterações, as entidades não podem reconhecer como um ativo alguns pagamentos antecipados voluntários para contribuições mínimas de provimento de fundos. Essa não era a intenção quando o IFRIC 14 foi emitido, e as alterações corrigem isso. As alterações entram em vigor em períodos anuais iniciando em 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia é permitida. As alterações devem ser aplicadas retroativamente ao primeiro período comparativo apresentado. A Companhia aplicará essas alterações no período de apresentação dos relatórios financeiros que iniciará em 1º de janeiro de 2011. Não se espera que haja algum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

A principal estimativa que poderia apresentar um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis para o próximo exercício social é a provisão para contingências, a qual é baseada na opinião

de consultores jurídicos e da Administração e cujos montantes provisionados são considerados suficientes para fazer face às eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis.

2.4. Adoção dos IFRS e dos CPCS pela primeira vez

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os CPCS e os IFRS. A Companhia aplicou os Pronunciamentos do CPCS 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações individuais anuais em conformidade com os CPCS. A Companhia aplicou os Pronunciamentos do CPCS 37 e 43 na preparação destas demonstrações financeiras individuais.

A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A Administração preparou os balanços patrimoniais de abertura de acordo com os IFRS e os CPCS nessa data.

Na preparação dessas demonstrações financeiras de acordo com IFRS e CPCS, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva dos IFRS e dos CPCS, as quais estão descritas a seguir:

Exceções obrigatórias à aplicação retrospectiva:

- Estimativas: as estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras de acordo com os IFRS e os CPCS em 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas utilizadas

nas mesmas datas segundo práticas adotadas anteriormente pela Companhia. Não há evidência que estas estimativas apresentavam erros.

As demais exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação às práticas contábeis adotadas anteriormente pela Companhia nessas áreas:

- Reversão de ativos e passivos financeiros.
- Participação de não controladores.
- Contabilização de hedge.

Isenções opcionais à aplicação retrospectiva:

A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

- Ativos e passivos da controladora: a Companhia reconheceu e mensurou seus ativos e passivos na data de transição pelos valores contábeis que seriam incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas da sua controladora, com base na data de transição para os IFRS da controladora.

As demais isenções opcionais não foram utilizadas pela Companhia, por não se aplicarem ou por não trazer benefícios no reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos da Companhia na data de transição:

- Contratos de seguros: a Companhia não realiza transações desta natureza.
- Contratos de arrendamento: as práticas contábeis adotadas pela Companhia já estavam equivalentes aos IFRS e CPCS em 2009.
- Benefícios a empregados: a Companhia não possui transações sujeitas a esta isenção.
- Diferenças acumuladas de conversão: a Companhia manteve os saldos de diferenças acumuladas de conversão uma vez que não houve ajustes no balanço de abertura de acordo com IFRS e CPCS que impactasse esse saldo.

- Investimento em controladas, entidades controladas em conjunto e coligadas: não aplicável as entidades coligadas, controladas e controlas em conjunto da Companhia.
- Instrumentos financeiros compostos: a Companhia não realiza transações desta natureza.
- Passivos decorrentes de desativação incluídos no custo do ativo imobilizado: a Companhia não realiza transações desta natureza.
- Ativos financeiros ou ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão: a Companhia não realiza transações desta natureza.
- Transferência de ativos de clientes: a Companhia não realiza transações desta natureza.
- Custo atribuído ao ativo mobilizado: a Companhia não adotou o custo atribuído, pois as taxas de depreciação praticadas atualmente são adequadas e revisadas periodicamente, não havendo diferenças significativas entre o valor justo e os valores contábeis do ativo imobilizado.

Efeitos decorrentes da transição para IFRS e CPCs:

- **Lucro por ação**
Passou a ser apurado com base na média ponderada das ações que estiveram em circulação no período, excluindo as ações em tesouraria. Como a Companhia não possui opções de ações, o resultado por ação diluído não é aplicável.
- **Reclassificações**
Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados de forma líquida no ativo ou passivo não circulante, sempre que a Companhia possua o direito legal para tal compensação.

Sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos de uso interno são classificados como imobilizado, uma vez que somente são utilizados em conexão com outros itens do ativo

imobilizado. Anteriormente, estavam classificados como parte do estoque.

As despesas com contingências judiciais estão sendo apresentados na rubrica de despesa administrativa. Anteriormente estavam apresentadas na rubrica de outras despesas operacionais.

Como a adoção dessas novas práticas contábeis não gerou efeitos no resultado da Companhia desde a data de transição em 1º de janeiro de 2009, não foi necessário preparar a reconciliação do patrimônio líquido anteriormente apresentado com as novas práticas contábeis.

As informações dos períodos anteriores, especificamente no que se refere aos efeitos acima descritos, foram reapresentadas para fins de comparação e elaboradas utilizando-se das mesmas políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 (Nota Nº 2.2).

III. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	Taxa média anual de 2010
CAIXA E BANCOS				
Moeda nacional				
Itaú BBA	16.265	10.009	3.128	20,00% do CDI
Outros	1.276	1.006	1.761	N/A
	17.541	11.015	4.889	
Moeda estrangeira				
Citibank	6	1.593	246	N/A
JP Morgan	34	55	1.268	N/A
Outros	14	–	–	N/A
	54	1.648	1.514	
Total de caixa e bancos	17.595	12.663	6.403	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS				
Moeda nacional				
Certificado de Depósito Bancário ^(c)	64.404	93.436	–	100,9% do CDI
Moeda estrangeira (dólares norte-americanos)				
Fundos ^(b)				
Goldman Sachs Liquidity Reserves	–	825	–	–
Legg Mason Western Asset	67.869	152.440	–	0,25%
JP Morgan US\$ Liquidity – Fund	–	155.602	425.915	–
	67.869	308.867	425.915	
Certificado de Depósito Bancário / Export Notes				
Itaú BBA (Nassau)	67.201	35.007	–	0,75%
Santander / Citibank (Brasil)	8.835	56.206	–	0,50% + US\$
	76.036	91.213	–	
Commercial Paper ^(a)	56.882	–	–	0,43%
Total Moeda estrangeira	200.787	400.080	425.915	
Total de aplicações financeiras	265.191	493.516	425.915	
Total de caixas e equivalentes de caixas	282.786	506.179	432.318	

Todas as aplicações, conforme política da Companhia, são efetuadas em instituições classificadas como baixo risco pelas 3 principais agências de classificação de risco – S&P, Moody's e Fitch.

A Companhia registra contabilmente seus investimentos a valor justo ou a custo histórico, o qual se aproxima do valor justo.

	Consolidado			
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	Taxa média anual de 2010
CAIXA E BANCOS				
Moeda nacional				
Itaú BBA	16.565	17.075	4.638	20,00% do CDI
Outros	2.114	2.068	2.390	N/A
	18.679	19.143	7.028	
Moeda estrangeira				
Citibank	449	2.463	1.565	N/A
JP Morgan	243	278	1.572	N/A
Outros	14	–	17	N/A
	706	2.741	3.154	
Total de caixa e bancos	19.385	21.884	10.182	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS				
Moeda nacional				
Certificado de Depósito Bancário ^(c)	95.159	94.145	2.827	100,9% do CDI
Moeda estrangeira (dólares norte-americanos)				
Fundos ^(b)				
Goldman Sachs Liquidity Reserves	–	825	–	–
Legg Mason Western Asset	67.869	152.440	–	0,25%
JP Morgan US\$ Liquidity – Fund	6.098	161.965	428.602	0,19%
	73.967	315.230	428.602	
Certificado de Depósito Bancário / Export Notes				
Itaú BBA (Nassau)	67.201	35.007	–	0,75%
Santander / Citibank (Brasil)	19.063	80.430	25.104	0,46% + US\$
	86.264	115.437	25.104	
Commercial Paper ^(a)	56.882	–	–	0,43%
Total Moeda estrangeira	217.113	430.667	453.706	
Total de aplicações financeiras	312.272	524.812	456.533	
Total de caixas e equivalentes de caixas	331.657	546.696	466.715	

(a) Corresponde a títulos, com grau de investimento, emitidos por corporações e governos. As taxas colocadas se referem àquelas praticadas no momento da aplicação.

(b) Fundos de investimento composto principalmente por instrumentos financeiros tipo Títulos de Renda Fixa, Títulos do Tesouro Americano, Notas Corporativas dentre outros. Todos os fundos possuem liquidez diária.

(c) Operações com compromisso de recompra pelas respectivas instituições financeiras que asseguram liquidez imediata.

IV. Títulos e valores mobiliários

	Controladora			
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	Taxa média anual de 2010
VENCIMENTO > 90 DIAS DA DATA DE APLICAÇÃO				
Títulos e valores mobiliários				
Moeda estrangeira (dólares norte-americanos)				
Fundos ^(b)				
Goldman Sachs US\$ Libor Tracker 3 M	58.335	–	–	0,45%
Bônus Corporativos ^(a)	136.029	46.230	–	1,16%
Bônus Soberanos ^(a)	65.302	14.341	–	1,37%
Commercial Paper ^(a)	13.322	–	–	0,53%
Certificado de Depósito Bancário / Export Notes				
Santander (Brasil)	–	17.491	–	–
Total de títulos e valores mobiliários	272.988	78.062	–	

	Consolidado			
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	Taxa média anual de 2010
VENCIMENTO > 90 DIAS DA DATA DE APLICAÇÃO				
Títulos e valores mobiliários				
Moeda estrangeira (dólares norte-americanos)				
Fundos ^(b)				
Goldman Sachs US\$ Libor Tracker 3 M	58.335	–	–	0,45%
Bônus Corporativos ^(a)	136.029	46.230	–	1,16%
Bônus Soberanos ^(a)	65.302	14.341	–	1,37%
Commercial Paper ^(a)	13.322	–	–	0,53%
Certificado de Depósito Bancário / Export Notes				
Santander (Brasil)	–	17.491	–	–
Total de títulos e valores mobiliários	272.988	78.062	–	

(a) Corresponde a títulos, com grau de investimento, emitidos por corporações e governos. As taxas colocadas se referem àquelas praticadas no momento da aplicação.

(b) Fundos de investimento composto principalmente por instrumentos financeiros tipo Títulos de Renda Fixa, Títulos do Tesouro Americano, Notas Corporativas dentre outros. Todos os fundos possuem liquidez diária.

Todas as aplicações, conforme política da Companhia, são efetuadas em instituições classificadas como baixo risco pelas 3 principais agências de classificação de risco – S&P, Moody's e Fitch.

A Companhia registra contabilmente seus investimentos a valor justo ou a custo histórico, o qual se aproxima do valor justo.

V. Clientes

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
MERCADO INTERNO						
Terceiros	116.908	311.154	124.075	150.863	337.662	143.651
Partes relacionadas (Nota 12)	4.570	3.423	6.247	2.661	1.807	3.225
Provisão para devedores duvidosos	(872)	(3.207)	(3.965)	(872)	(3.667)	(4.224)
Subtotal	120.606	311.370	126.357	152.652	335.802	142.652
MERCADO EXTERNO						
Terceiros	8.400	77.359	248.945	8.464	77.402	248.978
Partes relacionadas (Nota 12)	31.026	1.940	1.855	29.894	758	125
Provisão para devedores duvidosos	(28)	(46)	(5.294)	(78)	(78)	(5.306)
Subtotal	39.398	79.253	245.506	38.280	78.082	243.797
Outros créditos	4.565	2.669	2.814	6.731	4.945	5.863
Provisão para devedores duvidosos	(2.130)	(2.131)	(2.131)	(4.295)	(4.392)	(5.168)
Subtotal	2.435	538	683	2.436	553	695
Total	162.439	391.161	372.546	193.368	414.437	387.144

As movimentações na provisão para *impairment* de contas a receber de clientes são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2009	(11.390)	(14.698)
Reversões / (provisões constituídas)	750	472
Reversão relacionada ao Projeto Loops (registrada no resultado financeiro)	4.323	4.386
Baixa	12	12
Variação cambial	921	1.691
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(5.384)	(8.137)
Reversões / (provisões constituídas)	1.961	2.400
Baixa	124	124
Variação cambial	269	368
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(3.030)	(5.245)

Os valores justos das contas a receber de clientes e demais contas se aproximam dos seus valores contábeis em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e em 1º de janeiro de 2009. Os saldos de clientes no mercado externo estão substancialmente denominados em dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2010 as contas a receber de clientes no valor de R\$ 49.745 (31 de dezembro de 2009 - R\$121.840 e 1º de janeiro de 2009 - R\$106.173) na controladora e R\$ 49.771 (31 de dezembro de 2009 - R\$130.381 e 1º de janeiro de 2009 - R\$126.523) no consolidado encontram-se vencidas mas não *impaired*.

Esses valores estão contemplados dentro dos limites de crédito outorgados pela tesouraria da Companhia para cada cliente. A análise do prazo de vencimento dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Até três meses	38.647	112.846	90.209	38.667	120.705	109.463
De três a seis meses	11.098	8.994	15.964	11.104	9.676	17.060
Total	49.745	121.840	106.173	49.771	130.381	126.523

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia possui adiantamentos em aberto dados pelos clientes que mitigam parcialmente esse risco.

VI. Estoques

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Produtos acabados	146.679	76.463	126.695	144.857	76.203	127.876
Produtos em elaboração	46.168	12.721	61.603	46.328	12.788	62.001
Matérias-primas	109.672	92.717	255.701	111.264	94.928	262.001
Materiais de consumo	29.117	27.313	24.836	30.775	28.852	26.116
Adiantamentos a fornecedores	45.436	14.652	51.664	43.873	12.572	42.510
Importações em andamento	13.579	6.221	94.930	13.586	6.227	95.189
Provisão para ajuste por obsolescência / mercado	(39.185)	(39.361)	(13.059)	(39.633)	(39.588)	(13.220)
Total	351.466	190.726	602.370	351.050	191.982	602.473

O nível de produtos em estoque está diretamente relacionado aos pedidos em carteira.

A movimentação da provisão para ajuste por obsolescência/mercado está demonstrada a seguir, sendo que as reversões são oriundas da venda do material:

	Controladora		Consolidado	
	Matéria-prima e material de consumo	Produto acabado	Matéria-prima e material de consumo	Produto acabado
Saldos em 01 de janeiro de 2009	(5.528)	(7.531)	(5.689)	(7.531)
Reversões / (provisões constituídas)	(10.299)	(16.003)	(10.365)	(16.003)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(15.827)	(23.534)	(16.054)	(23.534)
Reversões / (provisões constituídas)	(1.447)	1.623	(1.667)	1.622
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(17.274)	(21.911)	(17.721)	(21.912)
		(39.185)		(39.633)

VII. Impostos indiretos a recuperar

Estão representados principalmente por créditos e antecipações de impostos, tendo a seguinte composição:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE						
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	41.609	14.492	62.891	42.422	14.992	63.342
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	5.996	8.624	1.001	6.156	8.884	1.648
Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (a recuperar – não cumulatividade)	12.807	3.866	36.302	12.807	3.866	36.302
PIS e CONFINS (a recuperar – outros)	10.939	4.268	13.600	13.380	5.161	13.997
Outros	8.125	1.539	23.900	8.135	1.558	23.950
Total	79.476	32.789	137.694	82.900	34.461	139.239
NÃO CIRCULANTE						
Fundo de Investimento Social – FINSOCIAL (a recuperar)	3.980	3.980	2.368	3.980	3.980	2.368
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (a recuperar)	–	–	–	14.495	10.766	7.996
ICMS a recuperar sobre aquisições de ativo imobilizado	3.753	3.637	3.079	4.266	4.516	4.294
Total	7.733	7.617	5.447	22.741	19.262	14.658

A Companhia acompanha periodicamente a evolução dos créditos acumulados de impostos, objetivando o seu aproveitamento no curto prazo e utilizando-se das seguintes ações principais:

a) Impostos federais (IPI, PIS e COFINS)

utilizados para compensar os valores a pagar de impostos federais incidentes sobre a venda e, quando aplicável, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro tributável.

b) Imposto estadual (ICMS)

utilizado para compensar os valores a pagar do ICMS incidente sobre a venda e importações diversas. Adicionalmente, através de regime especial concedido pela Autoridade Fazendária Estadual, é utilizado no pagamento a fornecedores. A Companhia projeta que esses créditos serão integralmente utilizados nas suas operações durante os próximos 12 meses.

VIII. Investimentos em controladas e coligadas

	Controladas				Coligadas		Total
	Confab Montagens Ltda.	Confab Revestimentos Ltda.	Socotherm Brasil S.A.	Confab Trading LLC	TenarisConfab Hastes de Bombeio S.A.	Siat S.A.	
MOVIMENTAÇÃO							
Controladora							
Saldos em 01 de janeiro de 2009	50.469	(5)	25.973	20.961	7.029	83.316	187.743
Equivalência patrimonial	16.780	–	9.802	(4.746)	1.948	1.593	25.377
Dividendos	–	–	(20.100)	–	–	–	(20.100)
Efeito na conversão para reais de investidas no exterior	–	–	–	–	–	(21.199)	(21.199)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	67.249	(5)	15.675	16.215	8.977	63.710	171.821
Eliminações	(67.249)	5	(15.675)	(16.215)	–	–	(99.134)
Consolidado							
Saldos em 31 de dezembro de 2009	–	–	–	–	8.977	63.710	72.687
Controladora							
Saldos em 31 de dezembro de 2009	67.249	(5)	15.675	16.215	8.977	63.710	171.821
Equivalência patrimonial	22.666	–	(3.057)	(46)	3.767	(789)	22.541
Dividendos	–	–	(4.000)	–	–	–	(4.000)
Efeito na conversão para reais de investidas no exterior	–	–	–	(697)	–	(2.519)	(3.216)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	89.915	(5)	8.618	15.472	12.744	60.402	187.146
Eliminações	(89.915)	5	(8.618)	(15.472)	–	–	(114.000)
Consolidado							
Saldos em 31 de dezembro de 2010	–	–	–	–	12.744	60.402	73.146

	Milhares de ações ou cotas possuídas		Participação da Companhia no capital integralizado – %	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Saldo do lucro não realizado	Lucro líquido	Efeito na conversão/lucro não realizado
	Ações Ordinárias	Cotas Sociais					
Em 31 de dezembro de 2009							
Confab Montagens Ltda. ^(a)	–	10.419	100	67.249	–	16.780	–
Confab Revestimentos Ltda. ^(b)	–	7.103	100	(5)	–	–	–
Socotherm Brasil S.A. ^(d)	932	–	50	32.213	(432)	18.599	502
Tenaris Confab Hastes de Bombeio S.A. ^(c)	1.505	–	49	18.319	–	3.976	–
Confab Trading LLC ^(e)	–	–	100	16.215	–	796	(5.542)
Siat S.A. ^(f)	12.000	–	30	212.363	–	5.309	(21.199)
Em 31 de dezembro de 2010							
Confab Montagens Ltda. ^(a)	–	10.419	100	89.915	–	22.666	–
Confab Revestimentos Ltda. ^(b)	–	7.103	100	(5)	–	–	–
Socotherm Brasil S.A. ^(d)	932	–	50	21.557	(2.161)	(2.656)	(1.729)
Tenaris Confab Hastes de Bombeio S.A. ^(c)	1.505	–	49	26.008	–	7.688	–
Confab Trading LLC ^(e)	–	–	100	15.472	–	(46)	(697)
Siat S.A. ^(f)	12.000	–	30	201.338	–	(2.629)	(2.519)

(a) Revisada pelos auditores independentes da Companhia, suas atividades consistem principalmente na realização de estudos e na execução de montagem, instalação e manutenção de aparelhos, máquinas e/ou subconjuntos industriais, fabricados por terceiros.

(b) Empresa não operacional.

(c) Auditada pelos auditores independentes da Companhia, suas atividades principais são a fabricação e o comércio de hastes de bombeio e outros materiais, equipamentos, componentes e acessórios metálicos para utilização no segmento de petróleo e petroquímica.

(d) Auditada por outros auditores independentes, suas atividades consistem principalmente na industrialização, na comercialização e na prestação de serviços no segmento de revestimentos interno e externo de tubos de aço e peças metálicas em geral e na aquisição e transferência de tecnologia no segmento de revestimento anticorrosivo e térmico de peças metálicas.

(e) Revisada pelos auditores independentes da Companhia, foi criada com o objetivo de comercializar exportações. Atualmente sem atividades.

(f) Situada na Argentina e auditada pela mesma firma de auditoria independente da Companhia, suas atividades consistem principalmente na fabricação de tubos de aço com costura para as indústrias de petróleo, petroquímica, gás e saneamento.

IX. Imobilizado

Controladora						
	31/12/2010				31/12/2009	01/01/2009
	Taxa anual de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos	–	7.680	–	7.680	7.680	7.680
Edifícios	2 a 4	79.397	(31.387)	48.010	45.891	46.537
Máquinas e equipamentos	10	282.089	(180.212)	101.877	111.999	109.763
Instalações	5 a 10	36.282	(15.306)	20.976	16.981	17.658
Equipamentos de informática	20 a 33	13.379	(11.831)	1.548	1.208	2.831
Móveis e utensílios	10 a 20	5.008	(3.715)	1.293	1.357	1.474
Veículos	20	19.062	(15.738)	3.324	3.379	4.110
Peças de reposição	–	2.600	–	2.600	2.543	2.716
Imobilizado em andamento	–	88.037	–	88.037	41.975	22.429
Total		533.534	(258.189)	275.345	233.013	215.198

Consolidado						
	31/12/2010				31/12/2009	01/01/2009
	Taxa anual de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos	–	7.680	–	7.680	7.680	7.680
Edifícios	2 a 4	84.237	(33.257)	50.980	48.750	49.306
Máquinas e equipamentos	10	298.533	(190.012)	108.521	119.051	117.925
Instalações	5 a 10	39.327	(16.742)	22.585	18.530	19.304
Equipamentos de informática	20 a 33	13.638	(12.060)	1.578	1.229	2.859
Móveis e utensílios	10 a 20	5.097	(3.778)	1.319	1.384	1.507
Veículos	20	21.672	(17.557)	4.115	4.279	4.807
Peças de reposição	–	2.619	–	2.619	2.563	2.738
Imobilizado em andamento	–	88.400	–	88.400	42.175	22.766
Total		561.203	(273.406)	287.797	245.641	228.892

A movimentação do imobilizado nos períodos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Saldo no início do período	233.013	215.198	245.641	228.892
ADIÇÕES				
Edifícios	4.814	1.894	4.900	2.243
Máquinas e equipamentos	11.222	24.144	11.563	24.482
Instalações	6.384	1.571	6.557	1.686
Equipamentos de informática	2.381	192	2.400	196
Móveis e utensílios	408	268	414	270
Veículos	1.373	584	1.627	1.061
Imobilizado em andamento (líquido das transferências dos projetos concluídos) (i)	46.184	19.547	46.347	19.409
Total de adições	72.766	48.200	73.808	49.347
Peças de reposição	58	(173)	55	(175)
Baixas líquidas	(165)	(48)	(177)	(48)
Depreciações	(30.327)	(30.164)	(31.530)	(32.375)
Saldos ao final do período	275.345	233.013	287.797	245.641

(i) Os saldos de imobilizado em andamento referem-se, basicamente, a gastos com expansão e modernização que estão sendo realizados na Companhia – Negócio Tubos e Negócio Equipamentos.

Conforme mencionado na Nota 16, em 31 de dezembro de 2010 existem bens dados em garantia para certos processos judiciais em aberto, no montante de R\$12.103 (31 de dezembro de 2009 – R\$12.980).

Os montantes de R\$26.348 na controladora e R\$27.551 no consolidado (2009 – R\$27.268 e R\$29.479, respectivamente) referente à despesa de depreciação, foram reconhecidos no resultado em “Custo dos produtos vendidos”. Os montantes de

R\$3.979 na controladora e no consolidado (2009 – R\$ 2.896) estão registrados em “Despesas gerais e administrativas”.

X. Intangível

	Controladora					
	31/12/2010				31/12/2009	01/01/2009
	Taxa anual de amortização %	Custo corrigido	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Direitos de uso de softwares	20 a 33	29.845	(27.432)	2.413	1.875	3.051
Outros	–	20	(20)	–	–	–
Total		29.865	(27.452)	2.413	1.875	3.051

	Consolidado					
	31/12/2010				31/12/2009	01/01/2009
	Taxa anual de amortização %	Custo corrigido	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Direitos de uso de softwares	20 a 33	29.966	(27.553)	2.413	1.875	3.088
Outros	–	29	(29)	–	–	–
Total		29.995	(27.582)	2.413	1.875	3.088

A movimentação do intangível nos períodos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Saldos no início do período	1.875	3.051	1.875	3.088
ADIÇÕES				
Direitos de uso de software	666	1.026	666	989
Amortizações	(128)	(2.202)	(128)	(2.202)
Saldos ao final do período	2.413	1.875	2.413	1.875

XI. Fornecedores

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
MERCADO INTERNO						
Terceiros	72.875	51.645	107.919	75.723	53.640	112.879
Partes relacionadas (Nota 12)	3.620	12.058	52.123	1.883	6.058	26.286
Subtotal	76.495	63.703	160.042	77.606	59.698	139.165
MERCADO EXTERNO						
Terceiros	1.853	838	6.087	2.046	907	6.741
Partes relacionadas (Nota 12)	48.127	39.713	53.246	29.831	20.593	27.583
Subtotal	49.980	40.551	59.333	31.877	21.500	34.324
Total	126.475	104.254	219.375	109.483	81.198	173.489

Os saldos de fornecedores no mercado externo estão substancialmente denominados em dólares norte-americanos.

XII. Transações com partes relacionadas

CONTAS PATRIMONIAIS	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIVO CIRCULANTE – CLIENTES						
MERCADO INTERNO – FATURADOS						
Confab Montagens Ltda.	196	–	–	–	–	–
Exiros.BR Ltda.	2	4	3	2	4	3
Socotherm Brasil S.A. ^(a)	2.676	2.628	2.871	1.338	1.314	1.435
Techint Engenharia e Construção S.A.	28	–	–	28	–	–
Tearis Confab Hastes de Bombeio S.A.	71	105	179	71	105	179
Ternium Brasil S.A.	395	–	–	395	–	–
	3.368	2.737	3.053	1.834	1.423	1.617
MERCADO INTERNO – A FATURAR						
Exiros.BR Ltda.	56	9	27	56	9	27
Confab Revestimentos Ltda.	16	16	16	–	–	–
Socotherm Brasil S.A.	796	569	3.140	398	283	1.570
Techint Engenharia e Construção S.A.	112	–	–	123	–	–
Tearis Confab Hastes de Bombeio S.A.	88	92	11	88	92	11
Ternium Brasil S.A.	134	–	–	162	–	–
	1.202	686	3.194	827	384	1.608
Total do mercado interno	4.570	3.423	6.247	2.661	1.807	3.225
MERCADO EXTERNO – FATURADOS						
Confab Trading N.V.	1.076	1.182	1.730	–	–	–
Dalmine S.p.A.	81	–	–	81	–	–
Information System & Technology S.A.	–	2	2	–	2	2
Siat S.A.	514	315	70	514	315	70
Siderca S.A.I.C.	–	75	–	–	75	–
Socominter S.A.	–	–	3	–	–	3
Techint Compañia Técnica Internacional S.A.C.I.	102	–	50	102	–	50
Tearis Global Services (USA) Corporation	377	–	–	377	–	–
Tearis Global Services Nigeria Ltd.	693	–	–	693	–	–
Tearis Global Services Peru S.A.C.	–	351	–	–	351	–
Tearis Global Services S.A.	26	–	–	26	–	–
Tearis Ingeniería Argentina S.A.	2	–	–	2	–	–
Transportadora de Gás del Peru S.A. ^(b)	27.934	(42)	–	27.934	(42)	–
Tubos del Caribe Ltda.	–	57	–	–	57	–
	30.805	1.940	1.855	29.729	758	125

CONTAS PATRIMONIAIS	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIVO CIRCULANTE – CLIENTES						
MERCADO EXTERNO – A FATURAR						
Confab Trading N.V.	56	–	–	–	–	–
Tenaris Global Services Nigeria Ltd.	165	–	–	165	–	–
	221	–	–	165	–	–
Total do mercado externo	31.026	1.940	1.855	29.894	758	125
Total de clientes	35.596	5.363	8.102	32.555	2.565	3.350
ESTOQUES (ADIANTAMENTO A FORNECEDORES)						
Siat S.A.	–	–	19.157	–	–	19.157
Socotherm Brasil S.A. ^(c)	3.427	4.260	19.049	1.713	2.130	9.524
	3.427	4.260	38.206	1.713	2.130	28.681
DIVIDENDOS A RECEBER						
Siat S.A.	–	–	5.350	–	–	2.675
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (EMPRÉSTIMOS)						
Socotherm Brasil S.A. ^(d)	3.583	–	–	1.791	–	–
Tenaris Confab Hastes de Bombeio S.A. ^(e)	8.288	16.451	12.320	8.288	16.451	12.320
	11.871	16.451	12.320	10.079	16.451	12.320
Total	50.894	26.074	63.978	44.347	21.146	47.026

CONTAS PATRIMONIAIS	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
PASSIVO CIRCULANTE – FORNECEDORES						
MERCADO INTERNO – FATURADOS						
Confab Montagens Ltda.	114	16	27	–	–	–
Socotherm Brasil S.A. ^(f)	3.075	11.968	51.620	1.536	5.984	25.810
Techint Engenharia e Construção S.A.	14	–	–	14	–	–
Tenaris Confab Hastes de Bombeio S.A.	–	7	–	–	7	–
	3.203	11.991	51.647	1.550	5.991	25.810
MERCADO INTERNO – PROVISÕES						
Confab Montagens Ltda.	4	–	–	–	–	–
Exiros.BR Ltda.	206	9	450	218	9	450
Socotherm Brasil S.A.	183	–	–	91	–	–
Techint Engenharia e Construção S.A.	24	56	26	24	56	26
Tenaris Confab Hastes de Bombeio S.A.	–	2	–	–	2	–
	417	67	476	333	67	476
Total do mercado interno	3.620	12.058	52.123	1.883	6.058	26.286
MERCADO EXTERNO – FATURADOS						
Confab Trading N.V.	17.440	19.155	24.461	–	–	–
Dalmine S.p.A.	276	310	400	276	310	400
Hydril Company	487	–	–	487	–	–
Siat S.A.	419	7	353	454	42	399
Siderar S.A.I.C.	–	1	1	–	1	1
Siderca S.A.I.C. ^(g)	3.171	27	28	3.171	27	28
Techint Eng. Company Inc. Suc. B. Aires	–	–	19	–	–	19
Techint Engineering Holding S.A.	4	5	6	4	5	6
Tenaris Global Services LLC	696	727	1.766	696	727	1.766
Tenaris Global Services S.A. ^(h)	5.616	8.150	3.931	5.616	8.150	3.931
Tubos de Acero de México S.A.	53	–	–	53	–	–
	28.162	28.382	30.965	10.757	9.262	6.550

CONTAS PATRIMONIAIS	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
PASSIVO CIRCULANTE – FORNECEDORES						
MERCADO EXTERNO – PROVISÕES						
Confab Trading N.V.	891	–	1.248	–	–	–
Dalmine S.p.A.	1.018	95	124	1.018	95	124
Exiros S.A.	–	143	140	–	143	140
Hydril Company	995	533	–	995	533	–
Maverick Tube LLC	–	19	–	–	19	–
Siat S.A.	3.443	5	550	3.443	5	550
Siderca S.A.I.C.	2.470	3.119	6.972	2.470	3.119	6.972
Techint Eng. Company Inc. Suc. B. Aires	32	16	29	32	16	29
Techint Eng. Tech. Commercial Serv. LLC	–	1	1	–	1	1
Tenaris Connection BV	3.174	1.232	–	3.174	1.232	–
Tubos de Acero de México S.A.	527	128	29	527	128	29
Tenaris Ingenieria S.A.	77	–	–	77	–	–
Tenaris Global Services S.A.	7.338	6.040	13.188	7.338	6.040	13.188
	19.965	11.331	22.281	19.074	11.331	21.033
Total do mercado externo	48.127	39.713	53.246	29.831	20.593	27.583
Total de fornecedores	51.747	51.771	105.369	31.714	26.651	53.869
ADIANTAMENTO DE CLIENTES						
Tenaris Global Services (USA) Corporation	–	–	–	–	358	481
DIVIDENDOS A PAGAR						
Siderca S.A.I.C.	6.317	8.264	35.821	6.317	8.264	35.821
Total	58.064	60.035	141.190	38.031	35.273	90.171

Os principais valores de créditos e obrigações das operações com partes relacionadas são como segue:

- (a) Saldo a receber no valor de R\$2.676 refere-se a operações comerciais, sem garantia, com os seguintes vencimentos: R\$449 em janeiro/2011 e R\$2.227 em dezembro/2011.
- (b) Saldo a receber no valor de R\$27.934 refere-se a operações comerciais, sem garantia, a ser recebido em fevereiro/2011.
- (c) Adiantamento no valor de R\$3.427 concedido por conta de serviços de revestimento de tubos produzidos pela Companhia e que serão revestidos pela Socotherm com os seguintes vencimentos: R\$412 de janeiro/2011 a fevereiro/2011, e R\$3.015 de fevereiro/2011 a junho/2011.
- (d) Saldo a receber de R\$3.583 refere-se a empréstimo concedido, remunerado pela variação da taxa SELIC, com vencimento em fevereiro/2011.
- (e) Saldo a receber de R\$8.288 refere-se a empréstimo concedido, remunerado pela variação da taxa SELIC, com vencimento em março/2012.
- (f) Saldo a pagar no valor de R\$3.075 refere-se a operações comerciais, sem garantia, com vencimento em janeiro/2011.
- (g) Saldo a pagar no valor de R\$3.171 refere-se a operações comerciais, sem garantia, com vencimento em janeiro/2011.
- (h) Saldo a pagar no valor de R\$5.616 refere-se a operações comerciais, sem garantia, com vencimento em janeiro/2011.

CONTAS DE RESULTADO	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS				
Confab Montagens Ltda.	834	89	–	–
Exiros.BR Ltda.	81	152	81	152
Dalmine S.p.A.	430	(2)	430	(2)
Socotherm Brasil S.A.	2.459	5.863	1.230	2.931
Siat S.A.	2.079	1.293	2.079	1.293
Siderca S.A.I.C.	288	1.561	288	1.561
Techint Engenharia e Construção S.A.	47	39	47	39
Techint Compañia Técnica Internacional S.A.C.I.	107	–	107	–
Tenaris Confab Hastes de Bombeio S.A.	786	863	786	863
Tenaris Global Services Nigéria Ltd.	1.645	1.364	1.645	1.364
Tenaris Global Services Peru S.A.C.	–	360	–	360
Tenaris Global Services S.A.	4.287	20.551	4.287	20.551
Tenaris Ingenieria S.A.	46	–	46	–
Tenaris Global Services (USA) Corporation	8.949	–	8.949	–
Ternium Brasil S.A.	533	–	533	–
Transportadora de Gás del Peru S.A.	131.707	91.138	131.707	91.138
Tubos del Caribe Ltda.	–	57	–	57
	154.278	123.328	152.215	120.307
ENCARGOS FINANCEIROS SOBRE EMPRÉSTIMOS (ATIVO)				
Socotherm Brasil S.A.	135	–	67	–
Tenaris Confab Hastes de Bombeio S.A.	1.138	1.362	1.138	1.362
	1.273	1.362	1.205	1.362
RECEITAS DE ALUGUEL				
Socotherm Brasil S.A.	739	714	370	357
Tenaris Confab Hastes de Bombeio S.A.	436	425	436	425
	1.175	1.139	806	782
Total	156.726	125.829	154.226	122.451

CONTAS DE RESULTADO	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
CUSTOS E/OU DESPESAS				
Confab Montagens Ltda.	(1.326)	(3.532)	–	–
Dalmine S.p.A.	(11.876)	(2.159)	(11.876)	(2.159)
Exiros.BR Ltda.	(8.110)	(7.508)	(8.110)	(7.508)
Exiros S.A.	–	(1.237)	–	(1.237)
Hydril Company	(1.757)	(431)	(1.757)	(431)
Maverick Tube LLC	(353)	(1.451)	(353)	(1.451)
Siat S.A.	(5.089)	(40.819)	(5.089)	(40.819)
Siderca S.A.I.C.	(9.112)	(6.484)	(9.112)	(6.484)
Socotherm Brasil S.A.	(36.434)	(95.504)	(18.217)	(47.752)
Tubos de Acero de México S.A.	(769)	(2.543)	(769)	(2.543)
Techint Eng. Tech. Commercial Serv. LLC	(3)	–	(3)	–
Techint Compagnia Técnica Internazionale S.p.A.	(2)	(7)	(2)	(7)
Techint Engenharia e Construção S.A.	(258)	(166)	(258)	(166)
Techint Eng. Company Inc. Suc. B. Aires	(78)	(101)	(78)	(101)
Tenaris Connection BV	(2.088)	–	(2.088)	–
Tenaris Confab Hastes de Bombeio S.A.	–	(76)	–	(76)
Tenaris Global Services (USA) Corporation	(297)	(44)	(297)	(44)
Tenaris Global Services (UK) Ltd.	(3)	(107)	(3)	(107)
Tenaris Global Services S.A.	(7.043)	(21.949)	(7.043)	(21.949)
Tenaris Ingenieria S.A.	(627)	–	(627)	–
Ternium Brasil S.A.	(6)	–	(6)	–
	(85.231)	(184.118)	(65.688)	(132.834)

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários e os conselheiros, estando sua remuneração apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2010	2009
CONTAS DE RESULTADO		
Honorários da diretoria	5.732	5.040
Honorários dos conselheiros	782	702
Encargos sociais	1.544	1.301
Benefícios pós-emprego (plano de contribuição definida)	205	188
Benefícios de curto prazo	283	316
	8.546	7.547

XIII. Empréstimos e financiamentos

A. COMPOSIÇÃO DOS VALORES A PAGAR

			Controladora / Consolidado		
Modalidade	Indexador	Taxas anual efetiva de juros	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
MOEDA NACIONAL					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES					
Investimentos	TJLP	+4,25%	–	–	19.485
Investimentos	UMBND	+4,25%	–	–	7.151
Pré-exportação	–	4,5%	92.246	92.246	–
Total			92.246	92.246	26.636
Circulante			(506)	(506)	(12.550)
Não Circulante			91.740	91.740	14.086

B. VENCIMENTO E GARANTIAS

O empréstimo vigente em 31 de dezembro de 2010 (Pré-exportação) tem vencimento em 2012 e não possui garantia nem cláusula de *covenants* financeiros.

C. VALOR JUSTO

Os valores contábeis dos empréstimos não circulantes se aproximam do seu valor justo em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e em 1º de janeiro de 2009.

XIV. Adiantamentos de clientes

Os saldos de R\$53.991 (R\$72.880 em 31 de dezembro de 2009 e R\$367.679 em 1º de janeiro de 2009) na controladora e R\$56.330 (R\$76.910 em 31 de dezembro de 2009 e R\$372.771 em 1º de janeiro de 2009) no consolidado referem-se a antecipações de clientes para produção de bens ou execução de serviços. Desses saldos, parte substancial está relacionada aos adiantamentos recebidos para a produção do Projeto Sul Norte Capixaba, no segmento Tubos, e Angra III, no segmento Equipamentos, ambos no mercado interno.

Esse passivo está representado pela obrigação contratual de produzir tais bens ou prestar serviços e, caso isso não se concretize, pela devolução dos valores recebidos.

XV. Parcelamento Especial – Lei 11.941/09

Em 26 de novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial previsto na Lei 11.941/09, beneficiando-se do reparcelamento de impostos e contribuições com redução de juros e multa e atualização calculada com base na taxa SELIC, que contemplou o antigo Parcelamento Especial – PAES, firmado em 31 de julho de 2003.

Esse novo parcelamento é substancialmente composto por débitos fiscais relativos a imposto de renda, contribuição social e COFINS e prevê o pagamento em 34 parcelas mensais, calculadas com base na parcela mínima equivalente a 85% do valor da última parcela devida no parcelamento anterior e que vêm sendo pagas desde novembro de 2009. O benefício apurado pela Companhia com as reduções de juros (30%) e multas (70%) foi de R\$2.686, registrado na rubrica “outras receitas operacionais” no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Para manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento, há obrigatoriedade do pagamento regular das parcelas. As parcelas de longo prazo possuem vencimento em 2012.

XVI. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, os quais envolvem responsabilidades contingentes. Os processos encontram-se em fase de defesa administrativa e em trâmite na esfera judicial.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a Administração da Companhia e de suas controladas mantém provisão para contingências em montantes considerados suficientes para fazer face às eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Trabalhistas	57.906	52.170	46.087	63.819	57.676	50.619
Trabalhistas – Rio de Janeiro Refrescos S.A.	2.100	2.840	4.257	2.100	2.840	4.257
Tributários	7.084	9.184	9.526	7.266	9.248	9.590
Tributários – Rio de Janeiro Refrescos S.A.	3.128	2.851	2.754	3.128	2.851	2.754
Cíveis	19.079	7.505	8.644	19.079	7.505	8.644
Total	89.297	74.550	71.268	95.392	80.120	75.864

As principais contingências estão descritas a seguir:

Trabalhistas

Referem-se a diversas reclamações movidas contra a Companhia e sua ex-controlada Rio de Janeiro Refrescos S.A., as quais foram provisionadas com base em uma estimativa de perda classificada como provável pelos consultores jurídicos.

Tributárias

Referem-se a autos de infração lavrados contra a Companhia e sua ex-controlada Rio de Janeiro Refrescos S.A., principalmente na área de impostos indiretos.

Cíveis

Referem-se substancialmente a ações indenizatórias movidas contra a Companhia, classificadas como risco provável de perda.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2009	71.268	75.864
Provisões constituídas	10.107	11.622
Reversões	(2.307)	(2.307)
Compensação com valores a receber – Rio de Janeiro Refrescos S.A.	(1.900)	(1.900)
Compensação com valores a receber – Belmeq	(123)	(123)
Pagamentos	(2.495)	(3.036)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	74.550	80.120
Provisões constituídas	21.896	23.060
Reversões	(3.269)	(3.269)
Compensação com valores a receber – Rio de Janeiro Refrescos S.A.	(1.071)	(1.071)
Pagamentos	(2.809)	(3.448)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	89.297	95.392

A Companhia manteve sob sua responsabilidade as contingências passivas do período de sua administração da ex-controlada Rio de Janeiro Refrescos S.A., vendida em 1994. Adicionalmente, por força do referido contrato de venda, foram hipotecados os bens da unidade fabril de equipamentos com valor líquido contábil de R\$11.170.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui ainda processos judiciais avaliados pelos consultores jurídicos como perdas possíveis, nos montantes de R\$230.908 (R\$182.200 em 31 de dezembro de 2009) na controladora e R\$231.523 (R\$186.900 em 31 de dezembro de 2009) no consolidado, principalmente relacionados a autuações relacionadas a impostos. Desses processos, o montante de R\$14.436 (R\$13.228 em 31 de dezembro de 2009) refere-se à empresa Rio de Janeiro Refrescos S.A. Com base nas avaliações dos consultores jurídicos e na análise feita pela

Administração, não foi constituída provisão para essas contingências.

Por outro lado, em 31 de dezembro de 2010, existem processos ativos com perspectivas prováveis de êxito, no montante consolidado de R\$80.139 (R\$83.888 em 31 de dezembro de 2009), líquidos de honorários advocatícios, os quais serão reconhecidos à medida que as respectivas sentenças judiciais transitarem em julgado.

As declarações de rendimentos dos últimos cinco exercícios sociais e os impostos e as contribuições com períodos variáveis de prescrição estão sujeitos à revisão pelas autoridades competentes. Entretanto, a Administração da Companhia é de opinião que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2010, não eram conhecidas contingências significativas contra a Companhia.

XVII. Patrimônio líquido

A. Capital social

O estatuto da Companhia autoriza o aumento do capital até o limite total de 534.114.503 ações, observada a proporcionalidade entre as classes existentes, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para determinar as condições aplicáveis às emissões de ações, com base no capital autorizado, como também a aplicabilidade ou não do direito de preferência dos atuais acionistas, nos termos do artigo 172 da Lei nº 10.303/01.

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2010 apresenta a seguinte composição acionária:

ACIONISTAS	Quantidade de ações ordinárias	%	Quantidade de ações preferenciais	%	Quantidade total	%
Controladores (capital estrangeiro)	166.145.620	99,22	–	–	166.145.620	40,44
Administradores						
Conselho de Administração	146.965	0,09	23.070.000	9,48	23.216.965	5,65
Diretoria	786.172	0,47	7.409.689	3,04	8.195.861	1,99
Conselho Fiscal	–	–	696.853	0,29	696.853	0,17
Outros acionistas	368.682	0,22	210.516.029	86,48	210.884.711	51,33
Ações em tesouraria	–	–	1.717.300	0,71	1.717.300	0,42
Total	167.447.439	100,00	243.409.871	100,00	410.857.310	100,00

Foi aprovado em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2010 o aumento do capital social de R\$602.419 para R\$658.419, mediante a utilização de R\$56.000 do saldo da rubrica de “reserva para aumento de capital”, com a emissão de 11.190.666 novas ações, sendo 4.560.825 ações ordinárias e 6.629.841 ações preferenciais, dadas em bonificação aos acionistas.

Composição acionária em 31 de dezembro de 2009:

ACIONISTAS	Quantidade de ações ordinárias	%	Quantidade de ações preferenciais	%	Quantidade total	%
Controladores (capital estrangeiro)	161.620.253	99,22	–	–	161.620.253	40,15
Administradores						
Conselho de Administração	142.963	0,09	22.440.000	9,36	22.582.963	5,61
Diretoria	764.759	0,47	7.207.869	3,01	7.972.628	1,98
Conselho Fiscal	–	–	674.119	0,28	674.119	0,17
Outros acionistas	358.639	0,22	206.458.042	86,14	206.816.681	51,37
Ações em tesouraria	–	–	2.889.480	1,21	2.889.480	0,72
Total	162.886.614	100,00	239.669.510	100,00	402.556.124	100,00

Foi aprovado em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 15 de abril de 2009 o aumento do capital social de R\$431.419 para R\$602.419, mediante a utilização de R\$171.000 do saldo da rubrica de “reserva para aumento

de capital”, com a emissão de 43.771.700 novas ações, sendo 17.711.379 ações ordinárias e 26.060.321 ações preferenciais, dadas em bonificação aos acionistas.

Composição acionária em 1º de janeiro de 2009:

ACIONISTAS	Quantidade de ações ordinárias	%	Quantidade de ações preferenciais	%	Quantidade total	%
Controladores (capital estrangeiro)	144.046.572	99,22	–	–	144.046.572	38,99
Administradores						
Conselho de Administração	127.420	0,09	20.375.000	9,08	20.502.420	5,55
Diretoria	681.604	0,47	6.424.126	2,86	7.105.730	1,92
Conselho Fiscal	–	–	600.820	0,27	600.820	0,16
Outros acionistas	319.639	0,22	188.631.843	84,10	188.951.482	51,14
Ações em tesouraria	–	–	8.277.400	3,69	8.277.400	2,24
Total	145.175.235	100,00	224.309.189	100,00	369.484.424	100,00

B. Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

C. Reserva para aumento de capital

Conforme mencionado anteriormente, foram utilizados R\$56.000 dessa reserva para aumento do capital social. Adicionalmente, será proposta à Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2011 o aumento do capital social de R\$658.419 para R\$673.819, mediante a utilização de R\$15.400 do saldo da rubrica de “reserva para aumento de capital”, a qual deverá ser integralmente utilizada para novo aumento de capital.

D. Reserva de retenção de lucros

Considerando que a geração própria de recursos constitui sua principal fonte de financiamento e diante das perspectivas de negócio e do plano de investimentos da Companhia, foi aprovada em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2010 a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores.

E. Política de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

As ações preferenciais, que não têm direito a voto, têm prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia, bem como no direito ao recebimento de dividendos mínimos não cumulativos de 8% ao ano sobre a parcela do capital correspondente a sua classe, ou, também observada a proporcionalidade de sua participação no capital, 25% do lucro líquido ajustado, dos

dois o maior, e pagáveis com prioridade sobre as demais espécies de ações da Companhia. Após o pagamento de dividendos às ações preferenciais, é garantida às ações ordinárias igual participação na distribuição.

Com base nessa previsão legal, a Companhia declarou juros sobre o capital próprio no montante bruto total de R\$62.799 referentes ao exercício de 2010. O cálculo desses dividendos/juros sobre o capital próprio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 está apresentado a seguir:

	Lucro líquido		Capital	
	2010	2009	2010	2009
Percentual	25%	25%	8%	8%
Lucro líquido do exercício	95.582	205.543	–	–
Capital social	–	–	658.419	602.419
Reserva legal (5%)	(4.779)	(10.277)	–	–
Base de cálculo	90.803	195.266	658.419	602.419
Dividendo mínimo a declarar	22.701	48.816	52.674	48.194
Juros sobre capital próprio antecipados durante o exercício	–	73.608	62.799	–
Dividendos propostos	–	–	–	–
Total bruto dos juros sobre o capital próprio e dividendos declarados	–	73.608	62.799	–
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	–	(11.041)	(9.419)	–
Total líquido dos juros sobre o capital próprio e dividendos declarados	–	62.567	53.380	–

F. Programa de recompra de ações

Foi aprovado em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2010 o cancelamento das ações preferenciais mantidas em tesouraria e adquiridas pelo preço médio de R\$4,10, seguindo plano de recompra iniciado em fevereiro de 2009 e encerrado em fevereiro de 2010.

Adicionalmente, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2010, aprovou um novo programa de recompra de ações preferenciais de emissão da Companhia para fins de permanência em tesouraria, para posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social. O programa limita-se à aquisição de até 11.839.000 ações preferenciais (5% das ações da classe) e vigorará pelo prazo de 1 ano a contar de 1º de março de 2010. Desde o início desse novo programa foram adquiridas no mercado 1.717.300 ações

preferenciais ao preço médio de R\$4,24 por ação, sendo o valor mínimo pago de R\$3,98 e o máximo de R\$4,50. O valor de mercado dessa ação em 31 de dezembro de 2010 era de R\$6,10.

O valor total das aquisições desse novo programa até 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 7.290, tendo sido registrado a débito na conta de reserva de retenção de lucros no patrimônio líquido.

G. Ajustes de avaliação patrimonial

Os componentes desse grupo incluem:

- ganhos e perdas derivados da conversão das demonstrações contábeis no exterior da coligada Siat S.A. e da controlada Confab Trading N.V, cuja moeda funcional é o dólar norte-americano;
- quando aplicável, o ajuste relativo à efetiva parcela de ganhos ou perdas de instrumentos de *hedge* em *hedge* de fluxo de caixa.

XVIII. Imposto de renda e contribuição social

A. Diferidos

Estão registrados os créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, referentes à Companhia e suas controladas, cuja composição é demonstrada como segue:

	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009
	Não circulante	Movimentação no resultado do período débito/(crédito)	Não circulante	Movimentação no resultado do período débito/(crédito)	Não circulante
ATIVO FISCAL DIFERIDO					
Impostos discutidos judicialmente	675	–	675	–	675
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros títulos a receber	779	(801)	1.580	(2.020)	3.600
Provisão para contingências	27.815	5.014	22.801	1.095	21.706
Provisão para ajuste a valor de mercado/obsolescência de estoques	14.148	(60)	14.208	8.942	5.266
Provisão para participação estatutária dos empregados	829	(1.433)	2.259	(2.420)	4.679
Provisão para comissões (exportação)	2.262	(527)	2.789	(3.292)	6.081
Derivativos (*)	1.262	354	442	(6.569)	2.603
Provisões de custos e outros créditos	13.393	3.567	9.829	(329)	10.158
Total controladora	61.163	6.114	54.583	(4.593)	54.768
Empresas controladas	3.760	926	2.834	(27)	2.861
Total consolidado	64.923	7.040	57.417	(4.620)	57.629
PASSIVO FISCAL DIFERIDO					
Derivativos (*)	–	–	–	5.184	(12.463)
Total controladora	–	–	–	5.184	(12.463)
Empresas controladas	–	–	–	86	(86)
Total controladora e consolidado	–	–	–	5.270	(12.549)

(*) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o montante de R\$466 referente a imposto de renda e contribuição social diferidos sobre *hedge accounting* (Nota 25) foi registrado diretamente no patrimônio líquido (R\$11.688 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo demonstrado tem a seguinte expectativa de realização:

	2 anos	3 anos	4 anos	A partir de 5 anos	Total
ATIVO FISCAL DIFERIDO					
Impostos discutidos judicialmente	–	319	–	356	675
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros títulos a receber	779	–	–	–	779
Provisão para contingências	1.319	1.055	792	24.649	27.815
Provisão para ajuste a valor de mercado/obsolescência	14.148	–	–	–	14.148
Provisão para participação estatutária dos empregados	829	–	–	–	829
Provisão para comissão (exportação)	2.262	–	–	–	2.262
Derivativos	1.262	–	–	–	1.262
Provisões de custos e outros créditos	13.393	–	–	–	13.393
Total controladora	33.992	1.374	792	25.005	61.163
Empresas controladas	1.757	79	79	1.845	3.760
Total consolidado	35.749	1.453	871	26.850	64.923

B. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com resultado da aplicação direta da alíquota dos referidos tributos sobre o lucro antes dos impostos

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social e após a participação estatutária dos empregados	114.624	258.997	125.581	272.102
Alíquota combinada nominal – %	34	34	34	34
Despesa de imposto de renda e contribuição social nominais	(38.972)	(88.059)	(42.698)	(92.515)
EFEITO TRIBUTÁRIO SOBRE DIFERENÇAS PERMANENTES				
Resultado da equivalência patrimonial	7.664	8.628	1.013	1.204
Juros sobre o capital próprio	21.352	25.027	21.352	25.027
Outras adições / exclusões permanentes, líquidas	(9.086)	950	(9.666)	(275)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(19.042)	(53.454)	(29.999)	(66.559)
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(25.156)	(54.044)	(37.039)	(67.209)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	6.114	590	7.040	650
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(19.042)	(53.454)	(29.999)	(66.559)

C. Regime tributário de transição

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se:

- (i) aplicação ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário;
- e
- (ii) a manifestação da opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2008. Consequentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, a Companhia vêm utilizando as prerrogativas definidas no RTT.

XIX. Receitas

A. Reconciliação da receita operacional líquida da Companhia e a receita bruta tributável

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receita operacional bruta	1.065.018	2.503.337	1.214.896	2.629.313
Impostos sobre as vendas	(182.213)	(476.720)	(203.182)	(501.840)
Receita operacional líquida	882.805	2.026.617	1.011.714	2.127.473

B. Receita operacional líquida por tipo de produto ou serviço

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receita de venda de tubos	646.681	1.748.703	646.590	1.758.700
Receita de fabricação de equipamentos	236.124	277.914	236.124	277.914
Receita de serviços de montagem	–	–	129.000	90.859
Receita operacional líquida	882.805	2.026.617	1.011.714	2.127.473

XX. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Ganho sobre serviço de logística (projeto MMX)	2.067	–	2.067	–
Ganho com trânsito em julgado em ações judiciais	604	232	604	232
Receitas de aluguéis	1.143	1.140	840	783
Reversão da provisão de honorários de êxito	1.023	–	1.023	–
Ganho com parcelamento de dívidas (PAES)	–	2.686	–	2.686
PIS/COFINS recuperáveis reconhecidos em despesas	–	2.735	–	2.735
Outras receitas (despesas), líquidas	96	(666)	(873)	(684)
Total	4.933	6.127	3.661	5.752

XXI. Receitas (despesas) financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
DESPESAS FINANCEIRAS				
Juros sobre financiamentos	(4.099)	(959)	(4.101)	(897)
Juros sobre dívidas sociais	(1.690)	(622)	(1.786)	(750)
IOF	(832)	(1.594)	(873)	(1.624)
Contrato de câmbio futuro (derivativos)	(5.545)	(65.839)	(5.553)	(66.030)
Comissões e despesas bancárias	(606)	(2.194)	(676)	(2.257)
Outros	(16)	(142)	(29)	(157)
	(12.788)	(71.350)	(13.018)	(71.715)
RECEITAS FINANCEIRAS				
Aplicações financeiras	14.509	5.380	15.929	6.097
Juros sobre mútuo	1.273	1.362	1.273	1.362
Outros	775	11.518	990	11.857
	16.557	18.260	18.192	19.316
Total	3.769	(53.090)	5.174	(52.399)

XXII. Variação cambial, líquida

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
VARIAÇÃO CAMBIAL S/ CONTAS PATRIMONIAIS				
Ativa sobre ativos financeiros	4	–	1	–
Ativa sobre passivos financeiros	6.876	25.619	6.879	25.781
Passiva sobre ativos financeiros	(32.860)	(137.371)	(32.592)	(150.685)
Passiva sobre passivos financeiros	(106)	(147)	(106)	(211)
Total	(26.086)	(111.899)	(25.818)	(125.115)

XXIII. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
CUSTOS DAS VENDAS				
Variações nos estoques	138.433	(373.118)	137.949	(379.406)
Matérias-primas, energia e consumíveis	(545.900)	(914.470)	(560.733)	(904.684)
Despesa de benefícios a empregados	(115.790)	(89.265)	(172.027)	(124.017)
Encargos de depreciação e amortização	(26.125)	(27.616)	(27.328)	(29.826)
Serviços terceirizados	(26.720)	(27.490)	(45.203)	(37.984)
Provisão de custos a incorrer e outros	(17.584)	(7.561)	(19.475)	(8.887)
Despesas de manutenção	(6.791)	(9.642)	(7.104)	(10.211)
Impostos	(2.826)	(1.608)	(2.827)	(1.609)
Total	(603.303)	(1.450.770)	(696.748)	(1.496.624)
DESPESAS DE VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS				
Serviços terceirizados	(31.276)	(30.809)	(32.627)	(32.245)
Despesa de benefícios a empregados	(38.848)	(39.254)	(39.758)	(41.049)
Comissões, fretes e outras despesas de vendas	(60.204)	(84.200)	(62.045)	(85.766)
Comunicação, transporte, treinamento e outros	(10.653)	(10.258)	(11.172)	(10.829)
Encargos de depreciação e amortização	(4.330)	(4.751)	(4.330)	(4.751)
Provisão para contingências	(18.627)	(7.800)	(19.791)	(9.315)
Provisão para devedores duvidosos	1.961	750	2.400	472
Total	(161.977)	(176.322)	(167.323)	(183.483)

XXIV. Resultado por ação

A. Resultado básico e diluído por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	Consolidado	
	2010	2009
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	95.582	205.543
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	56.519	121.945
Lucro disponível aos acionistas ordinários	39.063	83.598
Quantidade média ponderada de ações preferenciais em circulação (milhares)	240.195	230.244
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	166.010	157.840
Lucro básico e diluído por ação preferencial	0,23530	0,52963
Lucro básico e diluído por ação ordinária	0,23530	0,52963

B. Resultado por ação de acordo com a legislação societária

	Controladora	
	2010	2009
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	95.582	205.543
Quantidade de ações em circulação ao final do exercício (milhares)	409.140	399.667
Lucro por ação	0,23362	0,51429

XXV. Derivativos

(i) Composição

O valor justo desses instrumentos em 31 de dezembro 2010 está demonstrado a seguir:

MODALIDADE	Valor nacional (\$mil)	Moeda/ Posição (ativo/passivo)	Contraparte	Taxa de câmbio contratada (média)	Vencimento	31/12/2010	Ganho (perda) no período
<i>NDF/Swap</i>	7.360	EUR/BRL	Itaú BBA	2,3365	Jan/11	(682)	–
<i>NDF/Swap</i>	6.900	EUR/BRL	Banco do Brasil	2,3630	Fev/11	(690)	–
<i>Hedge Accounting</i>	14.260					(1.372)	–
<i>NDF/Swap (*)</i>	24.600	USD/BRL	Itaú BBA	1,8143	Jan/11	(3.225)	(3.225)
Exposição USD/BRL	24.600					(3.225)	(3.225)
Total controladora e consolidado						(4.597)	(3.225)
Ativo – despesas pagas antecipadamente e outras						–	
Passivo – outras contas a pagar						(4.597)	

Posição em 31 de dezembro de 2009:

MODALIDADE	Valor nacional (\$mil)	Moeda/ Posição (ativo/passivo)	Contraparte	Taxa de câmbio contratada (média)	Vencimento	31/12/2009	Ganho (perda) no período
<i>NDF/Swap (*)</i>	13.500	USD/BRL	Citibank	1,7980	Jan e Fev/10	(666)	(666)
<i>NDF/Swap (*)</i>	64.650	USD/BRL	HSBC	1,7673	Jan a Mai/10	(196)	(196)
<i>NDF/Swap (*)</i>	24.700	USD/BRL	Itaú/Itaú BBA	1,7575	Jan a Mar/10	(48)	(48)
<i>NDF/Swap (*)</i>	6.000	USD/BRL	Santander	1,7804	Mar/10	(60)	(60)
Exposição USD/BRL	108.850					(970)	(970)
Total controladora e consolidado						(970)	(970)
Ativo – despesas pagas antecipadamente e outras						568	
Passivo – outras contas a pagar						(1.538)	

Posição em 01 de janeiro de 2009:

MODALIDADE	Valor nacional (\$mil)	Moeda/ Posição (ativo/passivo)	Contraparte	Taxa de câmbio contratada (média)	Vencimento	01/01/2009
<i>NDF/Swap</i>	22.140	EUR/BRL	HSBC	3,0283	Jan e Fev/09	5.354
<i>NDF/Swap</i>	13.345	EUR/BRL	Santander	2,8684	Mar e Mai/09	6.099
<i>Hedge Accounting</i>	35.485					11.453
<i>NDF/Swap (*)</i>	18.300	USD/BRL	HSBC	2,0640	Jan e Fev/09	5.810
<i>NDF/Swap (*)</i>	19.360	USD/BRL	Itaú BBA	2,2378	Fev/09	2.671
<i>NDF/Swap (*)</i>	62.400	USD/BRL	Santander	2,1187	Jan a Ago/09	16.723
Exposição USD/BRL	100.060					25.204
Total controladora						36.657
<i>Swap (*)</i>	675	EUR/BRL	HSBC	2,8521	Jan e Fev/09	252
Total consolidado						36.909
Ativo – despesas pagas antecipadamente e outras						39.925
Passivo – outras contas a pagar						(3.016)

(*) Contabilizado na demonstração do resultado na rubrica "receitas e despesas financeiras".

(ii) Contrato de termo de moeda sem liquidação física (*NDF/Swap*)

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui contratos que totalizam uma posição ativa (comprada) em US\$, com vencimentos até fevereiro de 2011. Esses contratos foram realizados conforme a política de cobertura de risco anteriormente mencionada e são registrados na Câmara de Liquidação e Custódia – CETIP. A liquidação dos contratos ocorrerá em reais, portanto sem recebimento físico de moeda, na data do vencimento, pela diferença entre a taxa de câmbio futura contratada e a taxa à vista (PTAX) do dia anterior ao vencimento dos contratos, não havendo margem dada em garantia.

A Companhia possui o direito de liquidar esses contratos antes da data de vencimento, e o valor da liquidação antecipada, se houver, será calculado com base em fórmulas pré-estabelecidas nos respectivos contratos e que levam em consideração as taxas de mercado na data da liquidação antecipada.

(iii) Contabilidade de *hedge* (*Hedge Accounting*)

Como regra geral, a Companhia reconhece o ganho (perda) relacionado aos seus instrumentos financeiros derivativos como resultado financeiro.

Certos instrumentos financeiros derivativos são contratados com o objetivo de se proteger de um

risco particular, normalmente câmbio, associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação representada por um compromisso firme de compra. Essas transações são designadas como *hedge* de fluxo de caixa (principalmente contratos derivativos do tipo *non-deliverable forward* – NDF).

A porção efetiva da variação do valor justo dos instrumentos derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido. Os valores acumulados no patrimônio líquido são transferidos para o custo da matéria-prima no estoque quando do seu recebimento pela Companhia e, posteriormente, registrados no resultado somente no período em que o item coberto afeta as receitas ou despesas. O resultado referente à porção inefetiva é reconhecido imediatamente no resultado.

Para as transações designadas e qualificadas para contabilidade de *hedge*, a Companhia documenta, ao momento da designação, a relação entre o instrumento de cobertura e os itens cobertos, bem como o objetivo da administração de riscos e a estratégia de operação das transações de cobertura.

As transações qualificadas como *hedge accounting* durante o exercício 2010 se referem a pedidos de compra de aço importado e precificado em Euros, estando os fluxos de caixa correspondentes totalmente cobertos por instrumentos financeiros derivativos, desde a data do pedido até o momento da liquidação financeira. Espera-se que esses valores sejam reconhecidos no resultado durante o exercício 2011, conforme previsão de entrega dos projetos cujo aço objeto da cobertura será utilizado. A movimentação dos ajustes decorrentes da contabilidade de *hedge* registrados na conta de ajuste de avaliação patrimonial está apresentada:

	Controladora e Consolidado Ganho (perda)
Saldo em 01 de janeiro de 2009	17.288
Variação no valor justo dos instrumentos de <i>hedge</i>	(10.945)
Reclassificação para estoque	(17.309)
Parcela não efetiva reclassificada para resultado	(722)
Crédito tributário diferido	11.688
Saldo em 31 de dezembro de 2009	–
Variação no valor justo dos instrumentos de <i>hedge</i>	(1.283)
Reclassificação para estoque	(88)
Parcela não efetiva reclassificada para resultado	–
Crédito tributário diferido	466
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(905)

XXVI. Instrumentos financeiros

A. Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora				Consolidado			
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado (*)	Derivativos (*) – <i>hedge accounting</i>	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado (*)	Derivativos (*) – <i>hedge accounting</i>	Total
ATIVO								
31 de dezembro de 2010								
Caixa e equivalentes de caixa	17.595	265.191	–	282.786	19.385	312.272	–	331.657
Títulos e valores mobiliários	–	272.988	–	272.988	–	272.988	–	272.988
Contas a receber	162.439	–	–	162.439	193.368	–	–	193.368
Partes relacionadas	11.871	–	–	11.871	10.079	–	–	10.079
31 de dezembro de 2009								
Caixa e equivalentes de caixa	12.663	493.516	–	506.179	21.884	524.812	–	546.696
Títulos e valores mobiliários	–	78.062	–	78.062	–	78.062	–	78.062
Contas a receber	391.161	–	–	391.161	414.437	–	–	414.437
Partes relacionadas	16.451	–	–	16.451	16.451	–	–	16.451
Derivativos	–	567	–	567	–	567	–	567
01 de janeiro de 2009								
Caixa e equivalentes de caixa	6.403	425.915	–	432.318	10.182	456.533	–	466.715
Contas a receber	372.546	–	–	372.546	387.144	–	–	387.144
Partes relacionadas	17.670	–	–	17.670	14.995	–	–	14.995
Derivativos	–	28.219	11.453	39.672	–	28.472	11.453	39.925

	Controladora				Consolidado			
	Outros passivos financeiros	Valor justo por meio do resultado (*)	Derivativos (*) – <i>hedge accounting</i>	Total	Outros passivos financeiros	Valor justo por meio do resultado (*)	Derivativos (*) – <i>hedge accounting</i>	Total
PASSIVO								
31 de dezembro de 2010								
Empréstimos	92.246	–	–	92.246	92.246	–	–	92.246
Fornecedores	126.475	–	–	126.475	109.483	–	–	109.483
Dividendos a pagar	16.542	–	–	16.542	16.542	–	–	16.542
Derivativos	–	3.225	1.372	4.597	–	3.225	1.372	4.597
31 de dezembro de 2009								
Empréstimos	92.246	–	–	92.246	92.246	–	–	92.246
Fornecedores	104.254	–	–	104.254	81.198	–	–	81.198
Dividendos a pagar	19.012	–	–	19.012	19.012	–	–	19.012
Derivativos	–	1.538	–	1.538	–	1.538	–	1.538
01 de janeiro de 2009								
Empréstimos	26.636	–	–	26.636	26.636	–	–	26.636
Fornecedores	219.375	–	–	219.375	173.489	–	–	173.489
Dividendos a pagar	90.012	–	–	90.012	92.687	–	–	92.687
Derivativos	–	3.016	–	3.016	–	3.016	–	3.016

(*) Vide item B) abaixo com referência a metodologia de determinação do valor justo desses instrumentos financeiros: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários – Nível 1/ Derivativos – Nível 2.

B. Estimativa do valor justo de instrumentos financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. Para os demais instrumentos financeiros ativos e passivos, a Companhia e suas controladas procedem a uma avaliação em relação aos valores justos, utilizando-se das informações disponíveis e metodologias apropriadas, procedimento este que requer considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor mais adequado.

A Companhia determina o valor justo de seus ativos e passivos financeiros levando em consideração o seguinte nível de hierarquia:

- Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 – Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 – Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data das demonstrações financeiras. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1 e referem-se a todas as aplicações financeiras (incluindo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) da Companhia avaliadas ao valor justo por meio do resultado demonstradas no quadro do item A) acima.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Nessa categoria estão incluídos todos os derivativos da Companhia, conforme demonstrado no quadro do item A) acima, tendo seu valor justo sido calculado com base no valor presente dos respectivos contratos, utilizando indexadores e taxas de juros aplicáveis a instrumentos de natureza, prazos e riscos similares, obtidos principalmente na BM&F Bovespa.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3. A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados nessa categoria.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- o valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

C. Vencimento dos instrumentos financeiros passivos

A tabela analisa os passivos financeiros da Companhia por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Consolidado			Total
	Menos de 1 ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	
PASSIVO				
31 de dezembro de 2010				
Empréstimos	4.634	94.319	–	98.953
Fornecedores	109.483	–	–	109.483
Dividendos a pagar	16.542	–	–	16.542
Derivativos	4.597	–	–	4.597
31 de dezembro de 2009				
Empréstimos	4.634	4.128	94.319	103.081
Fornecedores	81.198	–	–	81.198
Dividendos a pagar	19.012	–	–	19.012
Derivativos	1.538	–	–	1.538
01 de janeiro de 2009				
Empréstimos (*)	13.187	10.703	6.041	29.931
Fornecedores	173.489	–	–	173.489
Dividendos a pagar	92.687	–	–	92.687
Derivativos	3.016	–	–	3.016

(*) Empréstimo liquidado antecipadamente no decorrer de 2009.

D. Gestão de riscos financeiros

(i) Política de gestão financeira e de riscos associados

A Companhia possui uma política formal para o gerenciamento de riscos, analisando e definindo periodicamente a estratégia de cobertura para cada tipo de risco a que esteja exposta, incluindo risco de mercado (risco de taxa de juros e risco de valor justo), risco de crédito e risco de liquidez, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do risco das contrapartes.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas por sua controladora final Tenaris S.A. e revisadas

pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. A Companhia estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

São examinadas e revisadas as informações relacionadas com o cenário econômico e seus possíveis impactos nas operações da Companhia, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

Nas condições da política de gestão financeira, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, com propósito de mitigar suas operações contra os riscos de flutuação da taxa de câmbio, sendo vedada a utilização desse tipo de instrumento para fins especulativos.

Com o objetivo de gerenciar o risco nas aplicações financeiras, a política de gestão financeira determina que os ativos que compõe as carteiras de investimentos, tanto no Brasil quanto no exterior, possuam classificação de risco mínimo e que sejam prontamente conversíveis num montante conhecido de caixa.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2010 são caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e instrumentos derivativos.

(ii) Risco de taxa de câmbio

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos.

Para reduzir essa exposição, participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, utilizando como estratégia preservar em dólares norte-americanos sua posição financeira e a rentabilidade de suas principais operações em carteira.

Para isso, a Administração monitora as oscilações de mercado da taxa de câmbio sobre a posição patrimonial e sobre o fluxo comercial dos principais contratos em carteira por moeda, contratando operações envolvendo instrumentos

financeiros derivativos de câmbio com o objetivo de cumprir com a estratégia anteriormente mencionada. A Companhia não mantém nem contrata operações com derivativos financeiros fora do definido na sua política.

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos derivativos para gerenciar os riscos associados, bem como assegurar o correto registro em suas informações financeiras. Os resultados obtidos da estratégia de proteção adotada pela Companhia cumpriram com o objetivo de preservar, em dólares norte-americanos, os ativos monetários líquidos e a rentabilidade das principais obras em carteira.

Por conta de sua política de preservação de sua posição financeira em dólares norte-americanos, a Companhia apresentava a seguinte posição patrimonial em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2010:

	Controladora	Consolidado
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e bancos (Nota 3)	54	706
Aplicações financeiras (Nota 3)	200.787	217.113
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	272.988	272.988
Adiantamentos a fornecedores	36.993	36.993
Contas a receber (Nota 5)	39.398	38.280
Total do ativo circulante	550.220	566.080
PASSIVO CIRCULANTE		
Adiantamentos de clientes	(3.248)	(5.579)
Fornecedores (Nota 11)	(49.980)	(31.877)
Total do passivo circulante	(53.228)	(37.456)
Posição líquida em R\$	496.992	528.624
Posição líquida em US\$	298.279	317.263

A análise de sensibilidade do resultado do exercício e do patrimônio líquido da Companhia ao risco de taxa de câmbio está apresentada na Nota Nº 27 (vii).

(iii) Risco de fluxo de caixa associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros a taxas variáveis, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

(iv) Risco de aumento de custo das matérias-primas

A principal matéria-prima utilizada pela Companhia é o aço. Para se proteger das oscilações desse principal componente de seu custo industrial, a Companhia contrata as suas compras, fixando os seus preços, simultaneamente à venda de seus produtos. Com a adoção dessa estratégia, aliada

àquela adotada com relação ao risco de flutuações na taxa de câmbio, sua Administração entende que consegue mitigar os riscos advindos da oscilação de preços das matérias-primas que poderiam afetar o seu custo industrial e sua margem bruta.

(v) Risco de crédito

Aplicações financeiras e derivativos

Esses instrumentos, conforme política da Companhia, são negociados em instituições classificadas como baixo risco pelas principais agências de classificação de risco.

Recebíveis

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired pode ser avaliada mediante referência às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes, as quais são analisadas individualmente e formalizadas pela Diretoria Financeira.

Esses riscos são administrados e minimizados por meio de uma política específica de concessão de crédito visando a seletividade de clientes e contrapartes, não tendo sido ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício. Adicionalmente, a Companhia procura comercializar seus projetos com recebimento de adiantamentos para produção de bens ou execução de serviços, estando a maioria dos créditos em aberto, vencidos ou não, suportados esses adiantamentos ou por garantias bancárias, o que nos possibilita conceder créditos sem riscos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber vencidas mencionadas na Nota 5.

Para cobertura de eventuais inadimplências, são constituídas provisões com base na expectativa de perdas relacionadas à esses ativos financeiros, como mencionado na Nota 5.

(vi) Riscos estratégico-operacionais

Os riscos estratégico-operacionais, tais como comportamento da demanda, concorrência e inovação tecnológica, são monitorados através do modelo de gestão da Companhia.

O desempenho econômico da Companhia está atrelado ao fornecimento de tubos de aço e equipamentos industriais a projetos de infraestrutura das indústrias de petróleo, petroquímica, gás, mineração e saneamento, podendo variar significativamente entre períodos, conforme volumes e prazos de fornecimento dos pedidos em carteira.

No período findo em 31 de dezembro de 2010, o equivalente a 56% das receitas de vendas foram representadas por diversos projetos para atender ao principal cliente da Companhia.

(vii) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. O prazo de vencimento dos instrumentos financeiros passivos estão informados no item C) acima.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. Este setor, através da previsão de fluxo de caixa, monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, levando em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – por exemplo, restrições de moeda.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas políticas da Companhia. Na data das demonstrações financeiras, a Companhia mantinha numerário nas condições e montantes informados na Nota 3, os quais se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Adicionalmente, a Companhia possui acesso a linhas de crédito em caso de necessidade de recursos de curto prazo para capital de giro.

(viii) Demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo

Considerando a atual exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de câmbio, uma eventual valorização do real em relação ao dólar norte-americano ocasionará à Companhia um efeito desfavorável.

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 475/08 para determinação dos efeitos no valor

justo dos instrumentos financeiros e da posição patrimonial decorrentes da variação desfavorável nas taxas de câmbio, a Companhia adotou os cenários de variações negativas mínimas definidas pela Instrução e equivalentes a 25% (cenário II) e 50% (cenário III) sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação do cenário provável.

Os valores estão demonstrados brutos de imposto de renda e contribuição social:

SITUAÇÃO	Cenário I	Cenário II	Cenário III
VALORIZAÇÃO DO REAL SOBRE CENÁRIO ATUAL			
Apreciação do BRL sobre o USD	1,67	1,25	0,83
Apreciação do BRL sobre o EUR	2,23	1,67	1,11

OPERAÇÃO	Risco	Exposição \$ mil	Variação desfavorável – Controladora		
			Cenário I (*) atual (perda) R\$ mil	Cenário II (perda) R\$ mil	Cenário III (perda) R\$ mil
Posição patrimonial líquida	Queda do USD	298.279	–	(124.248)	(248.496)
<i>NDF/Swaps</i> (USD/BRL)	Queda do USD	24.600	–	(10.247)	(20.494)
<i>Hedge accounting</i> (derivativo)	Queda do EUR	14.260	–	(7.943)	(15.886)
<i>Hedge accounting</i> (compromisso)	Queda do EUR	(14.260)	–	7.943	15.886

OPERAÇÃO	Risco	Exposição \$ mil	Variação desfavorável – Consolidado		
			Cenário I (*) atual (perda) R\$ mil	Cenário II (perda) R\$ mil	Cenário III (perda) R\$ mil
Posição patrimonial líquida	Queda do USD	317.263	–	(132.156)	(264.312)
<i>NDF/Swaps</i> (USD/BRL)	Queda do USD	24.600	–	(10.247)	(20.494)
<i>Hedge accounting</i> (derivativo)	Queda do EUR	14.260	–	(7.943)	(15.886)
<i>Hedge accounting</i> (compromisso)	Queda do EUR	(14.260)	–	7.943	15.886

(*) Para fins de mensuração dos riscos de perda, no cenário I foram consideradas as taxas de câmbio negociadas no mercado à vista na data do balanço.

Concluindo, com base na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos derivativos em aberto em 31 de dezembro 2010, estima-se que os efeitos de um aumento ou redução de 1% na taxa de câmbio do real em relação às moedas estrangeiras resultariam em um ganho ou perda na controladora de aproximadamente R\$5.379 (R\$5.695 no consolidado), brutos de imposto de renda e contribuição social.

E. Gestão de capital

A Companhia utiliza recursos próprios como fonte primária de financiamento de seus investimentos e capital de giro. Adicionalmente, procura negociar adiantamentos com seus clientes nos principais projetos vendidos, bem como obter financiamento bancário para projetos específicos, se conveniente.

Condizente com a prática do mercado, a Companhia informa a seguir seu índice de alavancagem financeira consolidado em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o qual corresponde ao total de dívida financeira (empréstimos de curto e longo prazos) dividida pelo patrimônio líquido:

	Consolidado	
	2010	2009
Total dos empréstimos (Nota 13)	92.246	92.246
Total do patrimônio líquido	1.336.639	1.315.267
Índice de alavancagem financeira	7%	7%

XXVII. Cobertura de seguros

É política da Companhia e de suas controladas manter cobertura de seguros contra incêndio para os bens do estoque e do imobilizado sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e a orientação dos consultores de seguros.

XXVIII. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2010, os principais compromissos assumidos, substancialmente referentes à compra de matéria-prima (aço), totalizam R\$97.269.

XXIX. Informações por segmento

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com o IFRS 8 e CPC 22 – Informações por Segmento, conforme modelo de organização e gestão da Companhia abaixo descritos, existindo um Vice-Presidente Executivo responsável por cada um dos segmentos:

a) **Negócio Tubos:** produz tubos de aço soldados para a indústria energética, para atender às necessidades das indústrias de petróleo, gás e saneamento – em oleodutos, gasodutos, revestimento de poços de petróleo, minerodutos, alcodutos, polidutos, adutoras, construção civil e industrial. Tem uma capacidade anual de produção de 550 mil toneladas de tubos de aço soldado;

b) **Negócio Equipamentos:** fabricação e montagem de equipamentos metálicos de médio e grande porte utilizados nas indústrias química, petroquímica, siderúrgica, energética e de geração de vapor, petróleo e gás, celulose, infra-estrutura, engenharia, construção. O negócio equipamentos tem a sua estrutura de mão de obra e serviços adaptada a um nível operativo de cerca de 1 milhão horas-homem anuais.

Resultado por segmento de negócio (consolidado):

	Consolidado 01/01/2010 a 31/12/2010				Consolidado 01/01/2009 a 31/12/2009			
	Tubos	Equipamentos	Não segmentado	Total	Tubos	Equipamentos	Não segmentado	Total
Receita líquida	646.590	365.124	–	1.011.714	1.758.700	368.773	–	2.127.473
Custo dos produtos vendidos	(431.499)	(265.249)	–	(696.748)	(1.218.486)	(278.138)	–	(1.496.624)
Lucro bruto	215.091	99.875	–	314.966	540.214	90.635	–	630.849
Margem bruta	33%	27%	–	31%	31%	25%	–	30%
Despesas operacionais	(139.595)	(32.125)	–	(171.720)	(150.945)	(33.829)	–	(184.774)
Lucro operacional	75.496	67.750	–	143.246	389.269	56.806	–	446.075
Equivalência patrimonial			2.979	2.979			3.541	3.541
Resultado financeiro			(20.644)	(20.644)			(177.514)	(177.514)
Lucro antes do imposto				125.581				272.102
Imposto de renda e contribuição social			(29.999)	(29.999)			(66.559)	(66.559)
Lucro líquido do exercício				95.582				205.543
Informações adicionais								
Imobilizado	238.495	49.302	–	287.797	220.266	25.375	–	245.641
Intangível	2.367	46	–	2.413	1.811	64	–	1.875
Depreciação e amortização								
Custo das vendas	25.136	2.192	–	27.328	27.780	2.046	–	29.826
Despesas administrativas	4.023	307	–	4.330	4.478	273	–	4.751
Total	29.159	2.499	–	31.658	32.258	2.319	–	34.577

Vendas líquidas por região (consolidado):

	Consolidado 01/01/2010 a 31/12/2010					Consolidado 01/01/2009 a 31/12/2009				
	Tubos (Tons)	Equipamentos (H/H)	Tubos (R\$ mil)	Equipamentos (R\$ mil)	Total (R\$ mil)	Tubos (Tons)	Equipamentos (H/H)	Tubos (R\$ mil)	Equipamentos (R\$ mil)	Total (R\$ mil)
África	357	–	1.645	–	1.645	–	–	–	–	–
Argentina	618	–	2.167	–	2.167	35.117	–	188.705	–	188.705
Brasil	85.952	609.537	475.811	359.584	835.395	212.507	750.932	1.362.085	368.773	1.730.858
Colômbia	5.628	–	13.836	–	13.836	23.470	–	76.590	–	76.590
Europa	809	–	1.579	–	1.579	1.037	–	2.523	–	2.523
América do Sul	51.569	–	142.603	–	142.603	21.207	–	128.797	–	128.797
América do Norte	3.401	–	8.949	–	8.949	–	–	–	–	–
Comunidade Econômica Européia	–	26.027	–	5.540	5.540	–	–	–	–	–
	148.334	635.564	646.590	365.124	1.011.714	293.338	750.932	1.758.700	368.773	2.127.473

XXX. Eventos subsequentes

As deliberações a seguir foram tomadas na reunião do Conselho de Administração realizada dia 18 de fevereiro de 2011:

- Examinados e aprovados o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes (PwC) relativos ao exercício 2010.
- Aprovado o orçamento geral da Companhia para o exercício 2011, incluindo o orçamento de capital;
- Aprovado o programa de recompra de ações preferenciais de emissão da própria Companhia, para futura alienação ou cancelamento, sem redução do capital social, até o limite de 12.000.000 ações, equivalentes a aproximadamente 5% do total das ações dessa classe, descontadas as atualmente em tesouraria, a operar-se pelo prazo de 1 ano a contar de 01 de março de 2011.
- Aprovado o re-arquivamento na CVM das ITR – Informações Trimestrais da Companhia referentes ao 1º, 2º e 3º trimestres do exercício 2010 no padrão contábil internacional – IFRS.
- Fixada a ordem do dia da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária com as seguintes propostas:
 - a) Aumento de capital mediante a incorporação de reservas no valor de R\$ 15.400 com bonificação de ações;
 - b) Imputar ao dividendo obrigatório todas as distribuições já aprovadas pelo Conselho de Administração com base nos resultados do exercício 2010;
 - c) Fixar a remuneração total dos Membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal, caso instalado, na importância prevista de R\$ 8.200 a ser paga retroativamente a janeiro de 2011;
 - d) Cancelar as 1.717.300 ações preferenciais mantidas em tesouraria, oriundas do programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração na reunião de 23 de fevereiro de 2010, e encerrado nesta data.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Confab Industrial S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras¹ individuais da Confab Industrial S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Confab Industrial S.A. e suas controladas (“Consolidado”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confab Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confab Industrial S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Confab Industrial S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 22 de fevereiro de 2010, sem ressalvas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2010, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.4 que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2009. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2009 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre as demonstrações contábeis de 2009 tomadas em conjunto.

São José dos Campos, 21 de fevereiro de 2011

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maurício Colombari
Contador CRC 1SP195838/O-3

Declaração da diretoria

Pelo presente instrumento, os Membro da Diretoria da CONFAB INDUSTRIAL S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Manoel Coelho nº 303, 7º Andar, Conjunto 72, centro, em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 60.882.628/0001-90, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

São Caetano do Sul, 18 de fevereiro de 2011

Roberto Caiuby Vidigal

Diretor Presidente

Túlio César do Couto Chipoletti

Diretor Vice-Presidente Executivo
Negócio Tubos

Emyr Elias Barbare

Diretor Vice-Presidente Executivo
Negócio Equipamentos

Juan Carlos Satostegui

Diretor

Marcelo Héctor Barreiro

Diretor

Nicolau Marcelo Bernardo

Diretor

Assembléia Geral Ordinária

Orçamento de capital da Confab Industrial S.A. Exercício 2011

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia informa o Orçamento de Capital aprovado pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida no dia 18 de fevereiro passado, o qual faz parte do orçamento do ano 2011.

O orçamento de capital do período 2011-2013 contempla investimentos totais de R\$ 220,5 milhões, sendo que o valor para 2011 atinge R\$ 118,0 milhões, distribuídos conforme quadro abaixo:

Aplicações em investimentos (R\$ milhões)	2011	2012-2013
Modernização da linha UO para tubos <i>offshore</i>	38,2	57,4
Produtos OCTG (aplicação em poços de petróleo)	33,9	–
Centro de Pesquisa e Desenvolvimento – RJ	10,2	30,7
Centro de treinamento	9,2	2,3
Melhoria de produtividade / qualidade	26,5	12,1
	118,0	102,5

Esses investimentos serão realizados com recursos próprios referentes à retenção de lucros do ano de 2010 e anteriores.

Adicionalmente, encontra-se em diferentes fase de estudo investimentos no valor estimado de R\$ 160,0 milhões.

São Caetano do Sul, 18 de fevereiro de 2011

Roberto Caiuby Vidigal
Presidente do Conselho de Administração

Parecer do Conselho Fiscal

Aos Senhores Acionistas da Confab Industrial S.A.

Os membros do Conselho Fiscal, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, acompanharam através de relatórios periódicos a gestão econômico-financeira da Confab Industrial S.A., e em reunião realizada na presente data, procederam ao exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 acompanhado do parecer dos auditores independentes da PricewaterhouseCoopers.

Considerando os esclarecimentos prestados pela Administração e o mencionado parecer, concluíram que as demonstrações financeiras do período 2010, estão adequadamente apresentadas e recomendam sua aprovação pelos Senhores na Assembléia Geral Ordinária.

São Caetano do Sul, 18 de fevereiro de 2011

Paulo Sérgio Botino Dourado
Luiz Fernando Tavares Guerreiro
Pedro Paulo de Souza
Conselheiros Efetivos

